

Elizete Amaral de Medeiros

Os
dizeres
do
silêncio

apontamentos culturais sobre literatura e política

 eduepb

 UEPB 50
anos



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

Presidente

Luciano do Nascimento Silva

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uenb.edu.br> - email: eduepb@uenb.edu.br

ELIZETE AMARAL DE MEDEIROS

OS DIZERES DO SILÊNCIO
apontamentos culturais sobre literatura e política



Campina Grande - PB
2016

Copyright © EDUEPB

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*
Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e distribuição

Danielle Correia Gomes
Layse Ingrid Batista Belo

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Antônio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Antônio de Brito Freire
Jane Pompilo dos Santos

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

301
M488d

Medeiros, Elizete Amaral de.
Os dizeres do silêncio: apontamentos culturais sobre literatura e política. [Livro eletrônico]. / Elizete Amaral de Medeiros. Campina Grande: EDUEPB, 2016.
4400 KB. 118p.: il.

Modo de acesso: <eduepb.uepb.edu.br/e-books>

ISBN: 978-85-7879-296-1
ISBN EBOOK: 978-85-7879-484-2

1. Sociologia. 2. Silêncio. 3. Poder. 4. Classe social. 5. Literatura contemporânea. 6. Política I. Título.

21. ed.CDD

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bodocongó - Bairro Universitário
Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br>
e-mail: eduepb@uepb.edu.br

DEDICATÓRIA

Dedico estes escritos a meus pais:
José Antônio de Medeiros e Elisa
Amaral de Medeiros (in memoriam),
razão de minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, razão de minha existência!

A meu pai (in memoriam), José Antônio de Medeiros, por ter me ensinado a ética e ter sido arcabouço para a formação de minha personalidade.

A minha mãe (in memoriam), Elisa Amaral de Medeiros, por desempenhar o papel de mãe de forma exemplar.

A José Pedro Amaral de Medeiros, meu filho (sobrinho), que representa uma das razões do meu empenho para a publicação deste livro.

Aos meus irmãos: José Antônio de Medeiros Filho (in memoriam), Juarez Amaral, Lourdes, Genival, Pr. Juscelen Amaral, José Amaral, Maísa, Ivonete Amaral (in memoriam), Vanilda Lúcia, Cacilda Amaral, Fernando Amaral (in memoriam), Pr. Eliezer Amaral e Eliza Cristina Amaral por serem meus verdadeiros amigos, pelo companheirismo e por representarem uma força maior no meu caminhar...

A Lúcia Firmo e Jacksandra Mendonça, minhas cunhadas, por acreditarem...

A Vânia, uma amiga ímpar.

A Cassandra, Camilla, Luciana, Déborah, Elisa, Wanuza e Marina minhas sobrinhas.

Ao Reitor Rangel Junior, à Professora Mestra Marlene Alves Luna, ao Professor Doutor Roberto Faustino, ao Professor Doutor Luciano Nascimento e ao Professor Doutor Cidoval Morais que se constituem uma luz que rege a Universidade Estadual da Paraíba.

Ao Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade - UEPB), responsável pelos escritos do Prefácio. Um texto ímpar, capaz de instigar o leitor atento a se deleitar neste livro enigmático.

A Geralda Medeiros Nóbrega, eterna Professora, pelo apoio.

A Alberto Pimentel, meu amigo ímpar.

A Helen Palmeira, uma amiga distinta.

A Ana Cláudia Maia, uma amiga ímpar.

A minha amiga Simone Vilar, uma pessoa especial.

A Jaidete Dias, uma amiga ímpar, pelo apoio.

A Heliane Idalino, uma amiga ímpar, pelo apoio.

A Maria do Desterro, uma amiga ímpar.

A Kermes José, um amigo ímpar, pelo apoio.

Ao amigo Leonardo Araújo, diagramador, pela competência e apoio indispensáveis.

A Zoraide Pereira, secretária da EDUEPB, pelo apoio e carinho.

Aos meus colegas Professores da Escola José Gomes, profissionais comprometidos com a Educação.

Ao escritor Efigênio Moura que desempenha um trabalho imprescindível na EDUEPB.

Enfim, aos funcionários desta Instituição de Ensino Superior, em especial, os da Editora EDUEPB, que desenvolvem o seu papel de servidor com competência e habilidade.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
SIGNIFICADOS DO SILÊNCIO E SUA HISTÓRIA.....	19
A LITERATURA CONTEMPORÂNEA E O SILÊNCIO.....	25
Silêncio: uma voz autêntica.....	26
INSTITUIÇÕES E CONTROLE SOCIAL.....	35
Desigualdades culturais e poder hegemônico.....	39
SOBRE A OBRA.....	47
SILÊNCIO: uma máscara do poder.....	49
CONTROLE SOCIAL: O silêncio como símbolo de repressão.....	57
IRREGULARIDADES E DENÚNCIA.....	67
A representação simbólica de um urubu na obra.....	73

ÉPOCA DE ELEIÇÕES NO BRASIL: evasão de servidores das repartições públicas e agitação	83
O SILÊNCIO DA ELITE POLÍTICA SE CONSTITUI VOZ, E A FALA DOS ASSUJEITADOS VOLTA AO SILÊNCIO, AUSÊNCIA DE SOM	97
ARREIMATE DE IDEIAS	109
REFERÊNCIAS	113
SOBRE A AUTORA	117

PREFÁCIO

A história do humano é paralela às guerras e conflitos ideológicos que pessoas travaram e ainda entabulam, nos dias de hoje, com o intuito de defender suas posições, suas classes, grupos, modos de se subjetivar, fatos nem sempre de acesso às pessoas ou populações que não estiveram ou fizeram parte de grupos de poder. São recentes, na história ocidental, os vários modelos de democracia que, ao fim e ao cabo, dão suporte legal e cultural às pessoas que exercem papéis sociais em várias instâncias do Estado, sendo possível, nesta dinâmica, criticar a própria estrutura e modos de funcionamento desse Estado como máquina regente de toda uma população, uma sociedade e uma cultura (e seus inúmeros conflitos e tensões).

A literatura, em muitos momentos, empodera-se desse caráter e torna visível aos seus leitores reflexões sobre os vários modos de perceber o funcionamento da máquina estatal, dos dispositivos sociais e culturais para se manter o *status quo*. *A utopia burocrática de Máximo Modesto* é uma dessas obras que intenciona provocar o leitor no que tange à experiência com estruturas falidas, mas ainda em voga, de um Estado (talvez referência ao Estado brasileiro) corrompido

politicamente e cujos sintomas vão se tornar visíveis no dia a dia de repartições públicas (apenas uma fatia do Estado dividido entre os políticos que chegam [ou que nunca saíram] ao poder). Criadas para servir às populações (Dionísio Jacob parece ser cético quanto a isso), as repartições públicas deste romance estudado por Elizete Amaral de Medeiros, interna e interinamente, alimentam-se de si mesmas, numa visão autofágica, ao mesmo tempo em que também servem a si mesmas, sem nenhuma relação com o espelho de Narciso.

Buscando o diálogo com leitores interessados em escrutinar a máquina estatal em seu (mal) funcionamento, à luz de uma leitura cultural e política da sociedade (brasileira) a partir da literatura, Elizete Amaral de Medeiros proporciona ao leitor o ensaio, agora transformado em livro, *Os dizeres do silêncio: apontamentos culturais sobre literatura e política*. Seu ponto de partida e de chegada é a categoria *silêncio*, recurso bastante utilizado na e pela estrutura romanesca construída por Dionísio Jacob para delatar os (des)mandos políticos nos modos de funcionamento de determinados setores que alimentam a máquina estatal, como repartições públicas, muitas vezes, inoperantes e de cujos serviços a população prescinde: funcionam apenas como *locus* empregatício ou “cabides de emprego” para os “afilhados” dos “padrinhos políticos”: geralmente cabos eleitorais que recebem como paga pelo empenho em campanha eleitoral um cargo administrativo unicamente para receber salário sem prestação alguma de serviço público.

O que Elizete Amaral de Medeiros exhibe para o leitor, nesse ensaio político e literário, são questões bastante atuais sobre nepotismo, abuso de poder, apadrinhamento político, cabos eleitorais, funcionários em cargos públicos à revelia

de uma rígida fiscalização da máquina estatal, inoperância de agentes administrativos etc. Esses elementos são analisados à luz do conceito operacionalizador do romance: o silêncio. Esta é a grande sacada da autora da obra: trazer à tona uma leitura de um romance construído na base da escrita do memorando, documento através do qual as repartições públicas, internamente, mantêm diálogos, enviam comandos. É o documento oficial entre repartições públicas. A charada desmontada por Elizete Amaral de Medeiros consiste não naquilo que os chefes imediatos e superiores de repartições públicas dizem, mas, sobretudo, nos dizeres suspensos e semanticamente percebidos através dos muitos silêncios que preenchem as correspondências oficiais: os memorandos.

A busca da autora de *Os dizeres do silêncio: apontamentos culturais sobre literatura e política* é por mostrar como é possível entender o silêncio como linguagem, como um modo de expressão, sobretudo política, capaz de comunicar tanto quanto a linguagem verbal, a gestual, a musical e demais linguagens em seus códigos. A obra não é um tratado ou arrazoado sobre os modos de manifestação do silêncio, mas uma aula de cidadania pelo desbravar a linguagem articulada e perceber nas pausas de discursos verbais a semântica dos silêncios deixados, das suspensões de pensamentos e ideias, das reticências marcadas e de como as pessoas se apropriam das lacunas verbais, enxergam nelas o silêncio que discursa para além do *verbo*. Eis, então, o objetivo da leitura feita.

Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva

Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Este ensaio consiste na análise da representação do silêncio, na obra: *A utopia burocrática de Máximo Modesto* (2001), texto literário que, relacionado aos estudos culturais, vai conduzir-nos a uma compreensão do funcionamento micro-estrutural de instituições públicas, no Brasil. Nesse sentido, podemos entender a forma como identidades culturais bem localizadas, como a de funcionários públicos, neste contexto, constituem-se e organizam-se socialmente, assim como sua finalidade no meio em que se inserem. Por isso, consideramos as adversidades grupais e o controle social exercido pela elite política, que detém autoridade e poder emanados do Estado.

Tomando-se como referência o texto literário, efetivamos essa sondagem, porque o autor de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, Dionísio Jacob, é contemporâneo e trouxe uma temática própria desta época: o silêncio. Sendo assim, enveredamos nessa pesquisa por uma abordagem da representação do silêncio, nessa obra, cuja atuação exhibe formas díspares para representar a voz dos detentores do poder.

Connor (1989, p.92), citando Hassan, aborda a questão de desarticulação das tradições literárias discutidas pelos

escritores pós-1914. No entanto, Hassan considera esse estilo literário o mais significativo do século XX, por se tratar de uma “literatura do silêncio”. E esta consiste no processo de desestruturar para reconstruir a realidade que se quer retratar, visto que os escritores desta época empenharam-se na transformação simbólica do real para alcançar uma nova “realidade”, mais significativa e mais ordenada do que a realidade imediata, fundamentando-se no silêncio.

Partindo desse pressuposto, Dionísio Jacob se utiliza do signo silêncio para mostrar as várias conotações que esse exerce, no romance, e, também, para expressá-lo como uma voz autêntica. Nesse sentido, nossa análise é pertinente devido ao fato de Dionísio Jacob trazer, através do texto literário, uma discussão de interesse social que põe, em pauta, o poder de atuação das instituições sociais, que agem, de forma silenciosa e eficaz, para concretizar a repressão social.

Por essa lógica, percebem-se as diferenças sociais entre as classes tidas como minorias culturais por terem, na hierarquia social, posição inferior, e as majoritárias, que detêm o poder hegemônico. Aquela fala, mas sua voz é como um silêncio evocador de suspense, e esta cala para agir intencionalmente na eficácia do silêncio, visto como uma voz capaz de provocar efeitos surpreendentes, a ponto de deter e dominar os grupos subordinados. Por isso, observamos as várias conotações exercidas pelo silêncio, na obra citada, e mencionamos as formas de governo usadas pela classe dominante para agir sobre os menos favorecidos, cujo objetivo é manter o controle social.

A referida análise é de grande relevância por se tratar de uma temática polêmica e, essencialmente, por se constituir uma pesquisa teórico-sociológica de “denúncia” das

irregularidades, que ocorrem nas repartições públicas do Brasil. Por essa razão, sob um viés interdisciplinar, essa investigação objetiva contemplar aspectos sociopolíticos abordados, na obra, e identificar o silêncio representando a voz dos que detêm o poder, e a fala dos assujeitados vista como um silêncio, e esclarecê-los de forma convincente.

Com base nesse raciocínio, é pertinente corroborar que a problematização parte do aspecto da representação do silêncio, no romance, que exerce um papel significativo de voz, e é utilizado pela classe superior para comandar as culturas subalternas. Além de outros aspectos relacionados à questão social, que nos apontam para o problema de dominação e resistência envolvendo os grupos sociais definidos como classe majoritária, ou seja, a detentora do poder, e classe inferior, de forma que indagamos: em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, o silêncio utilizado pelos detentores do poder é uma forma de controle sociorrepressivo?

Para entendermos que o silêncio representa a voz dos que detêm o poder, através dos relatos literários, em questão, buscamos fundamentos em alguns teóricos que nos iluminaram no tocante à análise temática. Teles (1979) discorre sobre o silêncio e define-o como uma *não-linguagem* que representa uma voz dinâmica. Já Connor (1989) mostra o silêncio como uma voz autêntica, e a voz voltando ao silêncio.

Com base nestes pontos de vista sobre o discurso do silêncio, constatamos, na obra analisada, que a classe superior silencia para dominar os subordinados, que falam, mas suas vozes são tidas como um silêncio, porque não têm autonomia perante o poder. No entanto, o silêncio da elite

política tem força para comandar as culturas inferiores, porque o silêncio do poder representa uma voz.

Por se tratar de uma temática fundamentada em aspectos sociopolíticos, detivemo-nos numa pesquisa qualitativa para que pudéssemos compreender a realidade das repartições públicas do Brasil, através do ponto de vista de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*. E verificamos que essa obra literária se estabelecia um caminho essencial para chegarmos aos fatos empíricos e disponíveis a serem analisados. Dessa forma, esta análise constituiu-se uma investigação de conteúdo, cujo resultado maior a se chegar foi uma leitura/interpretação da representação do silêncio, visto como forma de coerção, capaz de assujeitar membros de órgãos governamentais que atuam, na obra, em questão, como funcionários públicos.

SIGNIFICADOS DO SILÊNCIO E SUA HISTÓRIA

“Cintilante é a água em uma bacia; escura é a água no oceano.

A pequena verdade tem palavras que são claras; a grande verdade tem grande silêncio”.

Tagore, Pássaros errantes, CLXXVI apud Moraes, 2010.

Discorrer sobre o silêncio é trazer, à existência, aspectos linguísticos concernentes à voz e não voz que esse signo dispõe. Por essa lógica, é oportuno exhibir, de forma coesa, as modalidades vocais utilizadas por atores sociais e mencionar, por meio de discursos procedentes, o escritor Dionísio Jacob que nos trouxe uma importante obra: *A utopia burocrática de Máximo Modesto* (2001), narrativa literária hábil para entendermos que o silêncio significa voz genuína, quando usado pela elite política para legalizar e comandar o destino das classes sociais subalternas, e ausência de som para patentear a voz dos inferiorizados socialmente.

Por esse prisma, inferimos que o autor supracitado nos aponta para fatores que proporcionam divergências entre as classes sociais, como: o poder supremo pertence à elite política que administra os remanescentes grupais e exerce autonomia sobre estes que, apesar de resistirem, acatam as decisões da classe superior. Segundo o pensamento de Jacob (2001), o silêncio utilizado pelos que detêm o poder significa uma voz que transcende ideias, conceitos e palavras verbalizadas.

Com base nessa proposição, é relevante enfatizar o discurso de Vygotsky (2005) citado por Morais (2010), quando afirma que o significado das palavras é mutável e defende a ideia de que o signo silêncio possui sentidos variados e não se prende a uma significação dicionarizada, porém evolui para uma voz, apesar de não emitir som. No entanto, trazemos, à memória, o silêncio que denota articulação vocal e é usado pela elite política para gerir os grupos subordinados. Mediante os discursos sobre o silêncio, é oportuno citar parte dos escritos de Morais quando menciona Vygotsky:

Da mesma forma com que Vygotsky rompe com a proposição da imutabilidade do significado das palavras, reconhecemos que o significado do silêncio não está fincado num determinismo conceitual. Ao contrário, ele se desenvolve e se transforma no âmbito social. As áreas do conhecimento humano não devem, pois, se prender e se fechar numa exclusividade conceitual do silêncio, nem mesmo assimilá-lo como uma imagem fiel de uma forma concebida outrora,

colando indistintamente seu significado no contexto atual. Suas formas novas devem também ser contempladas e as antigas, atualizadas na vida humana.

Concebendo a amplitude das formas do silêncio, não podemos, pois, compreendê-lo por um único viés significativo nem mesmo tomá-lo por uma simples definição dicionarizada. Ontologicamente compreendemos que seus significados e suas formas estão alicerçados nas ocorrências concretas da vida do homem (VYGOTSKY, 2005 apud MORAIS, 2010, p.18).

Por esse raciocínio, entendemos que essa polêmica do silêncio nos instiga a analisar as diversas modalidades de voz que esse signo linguístico proporciona àqueles que compõem os grupos sociais. Conforme Morais (2010), o silêncio possui sentidos díspares e estes se encontram arraigados nas diversidades culturais e sociais. Sob essa ótica, inferimos que o silêncio sofreu alterações correspondentes ao seu significado original e comprovamos essa realidade em concordância com Morais (2010, p.21), quando expõe a seguinte deliberação: "Enraizado nas diferentes culturas e sociedades, o silêncio modificou-se e transformou-se, assumindo historicamente contornos e formas distintas ao ser empregado na vida comum."

Analisando a história social, desde tempos remotos, deparamo-nos com discursos e relatos que nos induzem a examinar os diferentes aspectos que o silêncio nos oportuniza. Por isso, detivemo-nos em investigá-lo e considerar

suas modalidades com foco em autores que se empenharam em defender o silêncio como voz e outros confirmaram que esse signo linguístico tem sentidos que transcendem palavras, porém conservam-se cristalizados na imaginação dos atores sociais que os utilizam para legalizar seus desígnios.

Nesse sentido, corroboramos com Oliveira e Campista (2007, p.116) quando expõem a seguinte defesa: “O silêncio é, portanto, o lugar de sentidos que se fazem fora da representação da palavra, mas estão no imaginário humano, nas tramas do que o sujeito aprende e transforma em fantasia, em imaginação”. Por esse olhar, compreendemos que o silêncio significa voz e está inserido nos pensamentos do ser humano que se apropria desse signo, como linguagem, para atuar no seu meio.

Em seu discurso sobre silêncio e linguagem, Tfouni (2008) defende a ideia de que o silêncio precede a linguagem. O autor referenciado argumenta, ainda, que esta unidade linguística (silêncio) é real e possui sentidos holísticos. Por esse princípio, é coerente expor uma parte dessa premissa:

Antes da linguagem já havia silêncio; é assim que lemos a afirmação de Orlandi de que “no início era o silêncio”. No entanto, este silêncio, como estava em si mesmo, não precisava de mais nada, não havia a necessidade de haver dizer e nem se podia dizer nada, porque o silêncio enquanto real seria o lugar da plenitude de sentidos (TFOUNI, 2008, p.364).

Com base nessas manifestações de ideias, discursos e polêmicas, evidenciamos que o silêncio representa voz, quando o grupo dominante se cala para realizar suas operações administrativas, enquanto que as massas sociais se abstêm de suas articulações sonoras porque essas retornam ao profundo silêncio. Para Castro (2002, p.113), a sociedade, por sua natureza, determina formas legais para controlar os grupos remanescentes, e a fala não tem competência para isso. Então, o silêncio denota a forma autêntica de controle social.

Como a sociedade estabelece e quer formas de controle, a fala exerce um papel ilusório de controle, visto que o silêncio nos angustia, porque queremos saber o que o outro está pensando. A produção verbal, então, serve para administrar o sentido desse silêncio (CASTRO, 2002, p.113).

A LITERATURA CONTEMPORÂNEA E O SILÊNCIO

“... Dos sentimentos que vivem dos silêncios e das atitudes de homem. Eu falo é de saudade, mesmo estando juntinho. As palavras são mais ou menos do jeito que eu quis dizer e tu não quiseste fazer...”

*Efigênio Moura. **Caderneta de Fiado**, (2015, p.272).*

A literatura contemporânea é considerada por Hassan, apud Connor (1989, p.92), uma literatura significativa e fundamentada no “silêncio” que, de forma autêntica, apresenta mais conotações do que a simples ausência de enunciado. Esse estilo literário representa um silêncio “complexo” capaz de abranger vários sentidos, desde o recuo à insubordinação e proporciona uma visão ampla do princípio do silêncio preso à alienação da razão, da sociedade, da natureza e da história.

Nesse sentido, o autor infere que o silêncio efetiva o repúdio à linguagem, à convenção, à forma artística e expõe o êxtase, o transe e outras situações extremas de sentimento, que permitem a concentração da consciência sobre si

própria, assim como uma intensa razão de enxergar o princípio da ânsia de desestruturar para reconstruir.

O Modernismo não se constituiu um estilo necessariamente revolucionário, na literatura, como pode ter sido em outros campos das artes, em geral, mas proporcionou aos pós-modernos a ideia de fixar profundas raízes, nos estudos literários, com o objetivo de efetivar uma retrospectiva para que se encontrasse algo com que se pudesse contrarregar. É visto pelos pós-modernos como uma entidade rígida e fechada em si mesma e, por essa razão, era necessário que houvesse uma homologação da matéria para que ela se tornasse flexível.

Sob a ótica dos modernistas, a essência desse estilo literário determina a materialidade da linguagem que constitui as formas díspares de se utilizar as palavras, escrever sem bloquear o raciocínio e permitir que a unidade linguística forme os escritos livres do valor semântico. Esse é um processo enfatizado pelos teóricos modernistas que se empenhavam nas artes, em geral, e pelos literatos modernos como uma restrição da literatura à música e às artes visuais, o que transformaria a literatura em algo que não a representasse.

Silêncio: uma voz autêntica

O objeto de estudo dessa análise literária é trabalhar a representação do silêncio em *A utopia burocrática de Máximo Modesto* do escritor Dionísio Jacob (2001), tomando-se como elemento balizador o conceito de silêncio, de acordo com Teles (1979, p.11-12), que entende esta categoria discursiva como sendo uma não linguagem, que não se confunde com

o ato de calar, porque é uma forma de falar que está latente dentro da própria linguagem para atuar, no meio social, de forma autêntica.

Schüler (1989, p.24) aponta-nos para a voz que pertence ao homem inserido na classe social subalterna, e o silêncio representando a voz do sujeito erudito detentor do poder. Steven Connor, por outro lado, vê o silêncio como forma de produzir voz, e a voz como um silêncio: “Há a afirmação familiar de que, na obra de Beckett, os excessos de desintegração são garantia da fala autêntica - é uma dor que obriga o silêncio a ser fala e a fala a voltar ao silêncio” (CONNOR, 1989, p.93).

Orlandi nos aponta para um silêncio que pode representar voz capaz de ultrapassar as palavras e falar por elas, de forma que possamos distinguir a voz que significa silêncio, e o silêncio que pronuncia voz não falando. Essa reflexão remete-nos ao princípio do silêncio que Orlandi denomina de “silêncio fundante”, que não se define pela inexistência de palavras, mas instala-se entre elas e proporciona o sentido real daquilo que não foi dito, para que compreendamos o que a linguagem não pôde oferecer:

[...] Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode ser sempre outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que ‘falam’ por elas, que as calam. [...] Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito (ORLANDI, 2002, p.83).

Nesse sentido, entendemos que aquilo que não foi dito, mas conservou-se em silêncio, constitui, de forma idêntica, o sentido do que poderia ter sido verbalizado. Por essa coerência discursiva, percebemos que as palavras se acompanham de silêncio e são atravessadas por ele e, nesse ínterim, entre o falar e o silenciar, existe todo um universo de interpretação que nos induz à análise dos elementos que dão significado àquilo que não foi pronunciado.

Partindo dessa política do calar, consideramos que o silêncio se constitui um elemento que pode ser utilizado para manter o “jogo” de dominação social. E os que detêm o poder tomam posse dessa matéria significativa para oprimir os sujeitos pertencentes às classes inferiores, mas, em contrapartida, estes podem oferecer resistência. Sendo assim, os esquemas políticos, organizados pelos grupos sociais supremos, fazem emergir padrinhos e afilhados, para que haja equilíbrio entre as classes sociais desiguais.

A corrupção e o apadrinhamento, seguindo a lógica discursiva em Burke (2002, p.107-108), são relações ou meios ilegais de se adquirirem benefícios. Para ele, a corrupção se instala, quando um sujeito responsável por um cargo público desvia seus deveres genuínos e inerentes ao papel que exerce, para conceder favores a familiares e amigos, com fins lucrativos. Ainda com fundamento em Burke, apadrinhamento é um sistema político com base em relacionamentos entre pessoas que pertencem a classes sociais diferentes, e tem como foco o favoritismo.

No entanto, para que se forme esse sistema, é necessário que surjam padrinhos e afilhados, pois a regra determinada por esse “jogo” político é a seguinte: cada parte tem algo a oferecer a outra. Os afilhados concedem apoio político aos

padrinhos, e estes lhes oferecem empregos, hospitalidades e proteção.

Nesse aspecto, entendemos que apadrinhamento e corrupção apontam-nos para um problema do poder e, segundo Burke, essas palavras indicadoras de dominação já estão tão incorporadas na linguagem cotidiana que não mostram, a princípio, o potencial de ação. Porém, são manobras hábeis exercidas pela classe superior para sustentar o poder adquirido. Nesse sentido, é interessante destacar que a elite política detém o poder supremo em detrimento das demais classes e toma como base o conjunto de práticas sociais:

Seja ou não considerado energia, o poder é um conceito por vezes reificado. É fácil pressupor que uma pessoa, grupo ou instituição em determinada sociedade ‘tenha’ esse poder - o ‘governante’, por exemplo, a ‘classe dominante’ ou ‘elite’ política, enquanto todos os outros não o detenham (BURKE, 2002, p.105).

Em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, identificamos esse raciocínio discursivo de Burke (2002), quando Máximo Modesto, Gerente de Assuntos Relacionados, lotado na repartição pública Serviços Interinos, deixa transparecer que a elite política detém o poder. E baseado nesse aspecto de supremacia, toma a iniciativa de contratar temporariamente o filho Valdir para assumir um cargo, na referida repartição, para instruir a secretária Dona Janice a usar o computador.

É interessante salientar que Modesto se preocupa em esclarecer – sem argumentos convincentes – que não há

nepotismo nesse caso, porque o contrato de prestação de serviço enfatizado é importante para a gerência da Serviços Interinos. Segundo o gerente, isso se constitui uma necessidade que deve ser suprida, porém depende da autorização do chefe imediato. Sendo assim, nepotismo e apadrinhamento estão evidentes na obra, em questão, e o silêncio do diretor representa uma voz influente:

Tomei a liberdade de contratar, a título de serviços prestados, o meu filho Valdir para que ensinasse dona Janice a utilizar o micro. Não há nisso o menor sinal de nepotismo, trata-se tão-somente de uma medida de caráter prático, pois duvido que algum curso de informática atual ensine a mexer num micro tão antiquado. E esse episódio do micro trouxe uma outra interessante revelação sobre o nosso Bigode. Gringo lembrou-se de que ele é 'cobra' em informática. Será que era essa a sua função original aqui? (JACOB, 2001, p.31).

Fundamentando-se nesse relato, podemos enxergar, através da voz do narrador protagonista de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, que os fios tecedores da trama literária apontam para nepotismo. Tendo em vista que Modesto apesar de repudiar, ao longo da narrativa, os desmandos cometidos pelos governantes, no Brasil, resolve contratar o filho Valdir, em caráter de prestação de serviço, para exercer uma função, na Serviços Interinos. E concretiza a nomeação com base no silêncio do diretor, o qual se institui, no enredo,

como uma voz capaz de gerir os que pertencem às classes sociais inferiores.

Nesse sentido, é relevante enfatizar o silenciamento da elite política sob a ótica de Martha Medeiros (2005), que nos aponta para o silêncio como uma voz imponente, sagaz, astuta e hábil. Segundo a cronista, o silêncio apresenta conotações que nos dirigem para o entendimento de uma fala rápida, potente e eficaz. Ou seja, a voz dos que assumem o poder majoritário e determinam os destinos dos inferiorizados socialmente, cujo objetivo é reprimi-los para que tenham domínio totalizante sobre estes, que formam os grupos sociais menos favorecidos.

Por essa lógica, a cronista Medeiros (2005) defende a seguinte ideia: “É o silêncio de um, mandando más notícias para o desespero do outro”. À luz dessa polêmica do calar, que produz voz autêntica e inteligível, podemos ressaltar que Marta Medeiros filtrou o mais profundo do silêncio através dos fios que entrelaçam um poema - com apenas dois versos - de autoria de Paula Taitelbaum (2005). Essa reflexão serviu de base para Medeiros (2005) escrever a engenhosa crônica: *A voz do silêncio*, que fortalece as ideias contidas nos relatos discutidos em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, literatura em análise. Por esse prisma, citar Medeiros significa sustentar as teses elencadas neste ensaio:

A voz do silêncio

Pior do que a voz que cala,
é um silêncio que fala (TAITELBAUM,
1999 apud MEDEIROS, 2005).

Simple, rápido! E quanta força! Imediatamente me veio à cabeça situações em que o silêncio me disse verdades terríveis, pois você sabe, o silêncio não é dado a amenidades. Um telefone mudo. Um e-mail que não chega. Um encontro onde nenhum dos dois abre a boca. Silêncios que falam sobre desinteresse, esquecimento, recusas. Quantas coisas são ditas na quietude, depois de uma discussão. O perdão não vem, nem um beijo, nem uma gargalhada para acabar com o clima de tensão. Só ele permanece imutável, o silêncio, a ante-sala do fim. É mil vezes preferível uma voz que diga coisas que a gente não quer ouvir, pois ao menos as palavras que são ditas indicam uma tentativa de entendimento. Cordas vocais em funcionamento articulam argumentos, expõem suas queixas, jogam limpo. Já o silêncio arquiteta planos que não são compartilhados. Quando nada é dito, nada fica combinado. Quantas vezes, numa discussão histérica, ouvimos um dos dois gritar: “Diz alguma coisa, mas não fica aí parado me olhando!” É o silêncio de um, mandando más notícias para o desespero do outro. É claro que há muitas situações em que o silêncio é bem-vindo. Para um cara que trabalha com uma britadeira na rua, o silêncio é um bálsamo. Para a professora de uma creche, o silêncio é um presente. Para os seguranças de um show de rock, o silêncio é um sonho. Mesmo no amor,

quando a relação é sólida e madura, o silêncio a dois não incomoda, pois é o silêncio da paz. O único silêncio que perturba é aquele que fala. E fala alto. É quando ninguém bate à nossa porta, não há e-mails na caixa de entrada, não há recados na secretária eletrônica e mesmo assim, você entende a mensagem (MEDEIROS, 2005).

Corroborando com o conceito perspicaz sobre o silêncio que Marta Medeiros deixa luzir, por meio dos fios que atravessam a trama da crônica: *A voz do silêncio*, e formam parágrafos coerentes, podemos enxergar, no entrelaçar das palavras que constroem o belo inusitado, o silêncio exercendo vozes polifônicas, e estas transcendem discursos os mais palavrosos possíveis. Pois o silenciar declarado, na crônica, traz, à existência, vozes diferentes que fazem referência a vários momentos vivenciados por grupos sociais, também, desiguais.

Partindo dessa analogia discursiva, vemos que a autora deixa, evidente, o silêncio da classe social hegemônica, quando nos aponta para uma voz que não fala, não emite som, porém significa um discurso holístico, capaz de dominar os grupos subalternos. Por essa razão, a autora menciona:

O único silêncio que perturba é aquele que fala. E fala alto. É quando ninguém bate à nossa porta, não há e-mails na caixa de entrada, não há recados na secretária eletrônica e mesmo assim, você entende a mensagem (MEDEIROS, 2005).

INSTITUIÇÕES E CONTROLE SOCIAL

O estudo do silêncio, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, leva-nos a uma abordagem do “controle social” exercido pelo grupo dominante sobre os assujeitados e tem como arcabouço teórico as políticas sociais, que irão nos conduzir a uma análise sobre a representação do silêncio na obra citada.

Segundo Oliveira (2001, p.108), instituição social é um meio de satisfazer as necessidades da sociedade, mas a sua meta principal é servir de regulação e controle das atividades humanas, visto que se constitui num conjunto de regras aceitas e sancionadas pela sociedade. Dentre as principais instituições, encontramos a familiar, educativa, religiosa, jurídica, econômica e a política.

Já Berger, apud Foracchi (1980), entende instituição como um padrão de controle que tem base na conduta individual imposta pela sociedade. E este paradigma está ligado às grandes entidades sociais, vistas pelo povo como um ser metafísico a pairar sobre a vida do indivíduo, como: “O Estado,” “a economia” ou “o sistema educacional”. Porém, a linguagem provavelmente se constitui a instituição fundamental da sociedade, e vai mais além, por ser a primeira

organização de caráter social que se inseriu na biografia do indivíduo. Sendo assim, podemos constatar que:

[...]. É uma instituição fundamental, porque qualquer outra instituição sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacentes da linguagem. Sejam quais forem as outras características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem dum arcabouço linguístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem dum universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes (BERGER, apud FORACCHI, 1980, p.193).

Dentre as instituições sociais mais importantes, cabe aqui mencionar o Estado, por assumir uma forma de controle social, cuja essência é o poder de coerção que se dá de forma direta, usando a força, e indireta, agindo sutilmente para subjugar aqueles que servirão ao poder. Com base nesse ponto de vista, inferimos que o poder e a autoridade se materializam no Estado, e esse fato justifica a imposição da vontade de alguns sujeitos em detrimento da vontade de outros:

O poder e a autoridade centralizam-se de maneira mais clara no Estado. Desse modo, o Estado é uma das agências mais

importantes de controle social; o Estado executa suas funções por meio da lei, apoiando-se em última instância no uso da força (OLIVEIRA, 2001, p.121).

O poder, no Estado, é exercido pelo governo que possui o “monopólio” da “violência legítima” e o poder supremo da sociedade. Por essa razão, reserva para si o direito de impor, obrigar e exercer o controle da sociedade. Seguindo o raciocínio de Lakatos, há duas espécies de controle social no Estado: a primeira tem seus fundamentos na força física que, mesmo sendo indispensável, não é suficiente para manter a ordem social. A segunda atua através de símbolos para manter o controle social:

[...]. Estes são de dois tipos ‘os que se destinam a provocar nos indivíduos o mesmo tipo de resposta e a dirigir seu comportamento para determinados rumos considerados desejáveis’ (educação, incentivo, elogio; uso da persuasão e lisonja) e ‘os mecanismos cujo objetivo é a restrição e a repressão’ (Ordens, ameaças e punições; propaganda, crítica, sátira e o ridículo; boatos e falatórios) (LAKATOS, 1981, p.193).

Tendo como base essas considerações, o controle social aparece ao longo da narrativa de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, de Dionísio Jacob, e o silêncio se constitui uma forma de controle social repressivo, usado pelo Estado

para a concretização do poder hegemônico. Entendemos isso porque o narrador-personagem Máximo Modesto aponta-nos para o funcionamento da Serviços Interinos, repartição onde exerce a função de Gerente de Assuntos Relacionados, em que o seu superior hierárquico se utiliza do símbolo silêncio para controlar e reprimir. E diante dessa imposição, Modesto passa a organizar aquela repartição com o objetivo de transformá-la num setor desenvolvido, a ponto de chegar a informatizá-la. No entanto, o gerente acaba por fazer o “jogo” do poder que silencia para exercer a força sobre os assujeitados.

Nesse ponto, questiona-se a razão de haver uma dada passividade, em relação aos subordinados, e justifica-se o fato de o poder assumir diversas formas de manipulação, desde o controle social a dominação e ter, como base, o silêncio que representa uma forma dinâmica de se pronunciar voz, mesmo quando se permanece calado.

Talvez os sujeitos controlados aceitem a autoridade que lhes é imposta, porque esta tem base na tradição e no uso convencional que nos remetem para o respeito consagrado aos pais, ao sacerdote, ao ministro e a fidelidade à autoridade política, posturas que transcendem discussões e personalidades. Na verdade, o poder parte de uma estrutura complexa de forças competitivas e de habilidades governamentais, às vezes nítidas, às vezes obscuras, mas arraigadas num sistema institucional que define e analisa a luta pelo controle social.

Desigualdades culturais e poder hegemônico

De acordo com Tomazi (1996, p.86-87), a desigualdade entre os homens despontou a partir da ascensão da sociedade capitalista, cujos princípios jurídicos e políticos, no século XVI, faziam emergir questões de igualdade e desigualdade. O autor supracitado mostra, na discussão do pensador inglês Thomas Hobbes, a necessidade de os homens competirem uns com os outros para tomar posse do poder, visto que todos eram iguais por natureza. No entanto, percebemos que essa questão de desigualdade parece ser algo inerente ao ser humano. Porém, se observarmos, com atenção, esse questionamento, entendemos que as diferenças sociais, os privilégios, enfim, as desigualdades surgem quando os indivíduos se socializam.

E esta forma como o sujeito ingressa no conjunto de relações, que ele estabelece no plano político, econômico e social, proporciona a divisão da sociedade em classes sociais. Sendo assim, o homem vai sempre se deparar com competições e conseqüentemente com desigualdades, segundo Thomas Hobbes, apud Tomazi (1996, p.86) que:

[...] definia o estado de natureza como um estágio no qual o homem se encontrava entregue às suas próprias paixões (competição, vaidade, desconfiança etc.), o que levava a um comportamento antissocial. Estabelecia-se, dessa forma, uma luta incessante de todos contra todos pelo poder, gerando a necessidade de um poder soberano, ou seja, superior a todos os homens. Este, por sua vez,

não eliminaria a luta competitiva entre os indivíduos, mas a colocaria sob controle da lei e da ordem.

Desde os tempos primórdios, o homem luta com veemência para adquirir o poder, e essa busca gerou a necessidade de um poder supremo que levaria a uma divisão de classes: subordinante e subordinada. O teórico Gramsci, apud Burke, defende a ideia de que a classe dominante governa as classes subordinadas pela “força” e pela indução indireta. Dessa forma, as classes dominadas assimilam a sociedade sob o olhar dos governantes detentores do poder hegemônico, que lhes impõem sua cultura que forçosamente é recebida pela classe subordinada como uma cultura autêntica, enquanto que a cultura desta é vista como ilegítima:

A ideia básica de Gramsci era de que a classe dominante não governava pela força (ou de qualquer modo não só pela força), mas pela persuasão. A persuasão indireta: as classes subordinadas aprendiam a enxergar a sociedade pelos olhos dos governantes graças à sua educação e à sua posição no sistema, [...] (GRAMSCI, apud BURKE, 2002, p.122).

É conveniente mostrar que o silêncio possui uma dimensão política que irrompe e diferencia as classes na sua forma de dominação, causando profunda reflexão que incomoda e traz, à tona, noções de opressor e oprimido, exercendo papel de “silenciamento”, que toma a palavra e faz calar. Por essa

discussão, podemos entender que o silêncio representa para os detentores do poder um conjunto de regras eloquentes que os levam a assujeitar as classes sociais inferiores. E isso se constitui um método eficaz de subjugar-las, mesmo que haja resistência por parte dos atores sociais subordinados:

[...] O silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado. [...] A partir daí uma nova passagem teórica se faz necessária. Não é suficiente pensar o silenciamento. Para compreender a linguagem é preciso entender o silêncio além de sua dimensão política (ORLANDI, 1975, p.31).

Nesse sentido, os atores sociais que se calam representam os grupos oprimidos pelo sistema que perderam a razão de lutar por seus direitos e se tornaram inviabilizados, portanto, de usufruir das regalias, ou pelo menos do mínimo de condições, que os revistam de cidadania. Por essa deliberação, inferimos que as classes sociais inferiores estão sempre sujeitas à dominação por parte dos grupos hegemônicos que têm o poder de comando social e detêm autoridade sobre os assujeitados.

É pertinente afirmar que os hegemônicos estão inseridos num grupo relativamente reduzido e têm a incumbência de gerir, de forma efetiva, as transações do Estado. Por isso, considera-se que o poder reside basicamente numa

elite política. Esse fato é ressaltado por Burke (2002, p.121), quando discute sobre a legitimidade da classe dominante e põe, em pauta, seus valores para questionar se esses são acatados, ou não, pelos subordinados, e se há lugar e época determinados para isso.

É relevante enfatizar que Burke (2002) questiona esses aspectos sociais minuciosamente e – para obter uma determinada conclusão – reflete o seguinte: “se os dominados acatam as determinações da classe dominante, por que resistem? Ou se não aceitam, por que a elite continua a comandar o destino dos subordinados?”. Para chegar a um consenso, Burke cita Gramsci que acredita existir uma hegemonia cultural que governa, através da força e da indução, cujo objetivo é conduzir os dominados de forma que esses passem a assimilar a sociedade, segundo a determinação da classe dominante.

Sendo assim, a classe social superior consiste em lutar para permanecer nessa elite política, enquanto que as classes inferiores acomodam-se e aceitam a exclusão social porque não possuem recursos nem argumentos suficientes, que venham mudar essa situação. Embora ofereçam resistência, acabam anuladas socialmente pela classe hegemônica que mantém o controle social. E os grupos subalternos veem-se impedidos de alçar voz e acabam esmagados pelo poder. Esse grupo é definido por Silva da seguinte forma:

Estamos chamando de minorias culturais determinados grupos humanos que são constituídos e constroem expressões culturais distintas em estratos distintos, representados nos discursos

através de imagens de negros, mulheres, homossexuais, alguns representantes de estrangeiros que não são incluídos nos processos de formação de uma dada cultura em que se inserem, trabalhadores, dentre outros, que não conseguem alçar voz por causa de suas diferenças frente aos que são portadores da condição de ‘iguais’, os que se mantêm no poder e inviabilizam um diálogo amistoso entre os estratos em questão (SILVA, 2003, p.69).

Dionísio Jacob, em sua narrativa literária, aborda a questão do poder hegemônico, representado pelo silêncio do diretor da repartição pública Serviços Interinos, de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, como uma forma de “violência simbólica” em que a classe dominante se utiliza do símbolo silêncio não como uma forma de calar, mas como uma voz inteligível. Com base nesse raciocínio, presumimos que o silêncio faz parte de todo um processo de significação, porque é a matéria significativa por excelência, apesar de não ser visível, numa primeira instância, mas existe na sustentação textual, ultrapassa as palavras e pronuncia voz por elas, de forma que possamos enxergá-lo e compreendê-lo como fala.

Partindo desse princípio, a classe hegemônica impõe sua cultura às classes subordinadas e determina que as mesmas reconheçam a cultura majoritária como legal. Entendemos, portanto, que hegemonia denota o que nos mostra a fala de Silva, quando aborda essa questão cultural contemporânea, discutida por pesquisadores compenetrados em alteridades

culturais, e deixa transparecer o predomínio político da elite política:

Vale salientar que o que entendemos por hegemonia, muito discutida pelos estudiosos da cultura na contemporaneidade como ponto a ser desconsiderado nos atuais fóruns de debates simbólicos que envolvem alteridades culturais, diz respeito ao predomínio político de uma dada classe social – em nosso contexto, a de maior poder aquisitivo – que estende o seu domínio a todas as esferas sociais, reproduzindo-se através de discursos construídos por ‘intelectuais’ orgânicos [...] (SILVA, 2003, p.68).

Convém ressaltar que Dionísio Jacob aponta para o discurso do poder hegemônico, nessa obra já citada, como um meio silencioso de mover a organização das repartições públicas do Brasil para que essas funcionem de acordo com a política pleiteada pela cultura majoritária. Percebe-se isso, quando Máximo Modesto, Gerente de Assuntos Relacionados, atua na repartição Serviços Interinos obedecendo ao silêncio do diretor que manipula e gerencia sem pronunciar voz.

Nesse sentido, para entendermos o “jogo” do silêncio, tomamos como ponto de partida aquilo que se falou e se realizou como informação discursiva, mas deixou margens para que o não dito preeminente surgisse e significasse. Portanto, tomando como base esse recorte, entendemos que o silêncio,

em Dionísio Jacob, representa um processo discursivo, como nos mostra Orlandi:

[...] Dito isso, é preciso acrescentar que uma sociedade como a nossa, pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário; [...] O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento (ORLANDI, 2002, p.87).

É relevante abordar a questão do poder dentro das sociedades, de acordo com o discurso de Bastos (2002), mostrando que o poder político, apesar de ter em comum vários aspectos do poder geral, não se confunde com outras formas de poder dentro da sociedade, embora sofra influência destas, devido convergir para si todos os outros poderes, quando estes pretendem influir nos destinos da sociedade e também por irromper autoridade para editar normas gerais, leis, com a finalidade de que a sociedade esteja na incumbência de obedecer a elas.

SOBRE A OBRA

A utopia burocrática de Máximo Modesto é um romance escrito em forma de memorandos administrativos, narrando a história do servidor público Máximo Modesto, um cidadão que prestara concurso público para Almojarifado e que fora chamado para a vaga de Gerente de Assuntos Relacionados da enigmática repartição pública “Serviços Interinos”. Os funcionários subalternos dessa instituição formam um conjunto divergente: o filho bastardo de um juiz, o Bigode, cabos eleitorais que se beneficiam com cargos públicos ou simples funcionários esquecidos nos emaranhados da burocracia pública.

Máximo Modesto, depois de empossado no cargo de Gerente de Assuntos Relacionados, tem como objetivo modernizar a repartição Serviços Interinos, localizada debaixo de uma escada num grande fórum, e pôr ordem na casa. Por isso, toma a iniciativa de enviar memorandos para o chefe imediato, cujo objetivo é informar todas as decisões que toma para gerir a repartição com competência e coerência, porém o diretor não responde as correspondências, e isso instiga o gerente a entender o silêncio do chefe como uma voz autêntica.

Fundamentado nesse raciocínio, convoca os funcionários lotados na repartição para comparecerem ao setor de trabalho e assumirem os cargos para os quais foram designados. No entanto, planeja um sistema utópico *de eficiência e modernização do serviço burocrático*, enviando memorandos a seu chefe invisível, através de uma porta fechada, comunicando as mudanças administrativas que está fazendo na repartição. O diretor mantém-se em silêncio, e Modesto atua no setor obedecendo a esse silenciamento que representa uma voz autêntica.

Por essa razão, o Gerente de Assuntos Relacionados aceita o aquietar-se do diretor como uma forma sábia de administrar a repartição e começa a atuar com eficiência, tentando superar os novos obstáculos que, aos poucos, desfazem suas melhores expectativas. Dessa forma, decide abrir a porta do escritório do suposto diretor e depara-se com os memorandos no chão e a sala vazia. Diante dessa cena, Modesto para, perplexo, e acredita que tudo aquilo não passa de uma ilusão que se dissipara em seguida.

SILÊNCIO: *uma máscara do poder*

A utopia burocrática de Máximo Modesto é um romance que aborda a dimensão política das repartições públicas do Brasil e traz o silêncio como uma matéria significante para representar a voz dos detentores do poder. Não é imediatamente visível, porque surge como uma máscara para disfarçar as artimanhas de que o poder se utiliza para subjugar as culturas inferiores.

A linguagem, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, estabelece a transformação do silêncio em significados assimiláveis e verbalizáveis para que este se instale e faça surgirem pensamentos, reflexões, introspecção e contemplação que irão construir o imaginário social da obra citada. Podemos constatar essa reflexão a partir da fala de Orlandi, quando diz que: “[...] A linguagem supõe, pois, a transformação da matéria significante por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. Matéria e formas. A significação é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos” (ORLANDI, 1995, p.35).

Tomando como ponto de partida esse ensejo sobre linguagem, buscamos aprofundamento em Berger, apud

Foracchi (1980), quando discorre sobre instituições sociais e remete-nos para a questão da linguagem, entendida como a instituição primordial da sociedade. Por isso, todas as outras instituições sociais, independentes de suas características e finalidades, buscam base nas normas de controle inerentes a ela, pois dependem de toda uma semântica construída pela linguagem para poderem exercer a autonomia de atuar com autenticidade no meio social.

A questão do silêncio, tratada por Dionísio Jacob, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, leva-nos a enveredar na pesquisa por uma abordagem de repressão social. Com base nessa inferência, compreendemos que este escritor aborda, nessa obra, a questão de opressores e oprimidos, quando traça um perfil da política brasileira, deixando, evidente, que a elite tende a dominar a classe inferior impondo suas formas de atuação através do silêncio. E este, nesse romance, representa uma voz imperiosa que induz os subordinados a assimilarem as determinações oriundas da classe majoritária como legítimas.

Vendo por esse ângulo, Modesto elogia a metodologia que seu superior hierárquico utiliza para dirigir a Serviços Interinos, por entender que o austero silenciar do diretor da repartição transformou-o num excelente profissional do serviço público.

[...] Agora sei qual é a sua metodologia como nosso superior hierárquico: é o silêncio! Já havia lido sobre isso, não me lembro bem onde! Se tivesse dado tudo mastigado para mim, teria a seu serviço um funcionáriozinho medíocre,

cumpridor de ordens, sem iniciativa. Vossa Excelência fez de mim, através do seu rigoroso aquietar-se, um verdadeiro profissional do serviço público! (JACOB, 2001, p.35).

Como vimos no fragmento acima, o silêncio representa uma forma categórica de voz que manipula e molda os inferiorizados. Connor (1989) aborda essa polêmica do silêncio, quando discorre sobre literatura contemporânea e mostra que os escritores modernistas e pós-modernos caracterizam-se pela capacidade de proporcionar uma interação entre desestruturação e recriação fantástica, tendo o silêncio como uma espécie de voz que apresenta mais conotações do que a simples ausência de enunciado, porque calar é uma forma de pronunciar-se com autenticidade, já que o silêncio abrange inúmeros sentidos dentro de um contexto social.

No entanto, podemos encontrá-lo arquivado em provérbios de largo uso popular, como: “Guarda-te do homem que não fala e do cão que não ladra”, “A palavra é prata, o silêncio é ouro”, “Em boca fechada não entra mosquito”, entre outras expressões que além de espelharem circunstâncias relativas à ciência popular, constituem uma cadeia paradigmática do signo silêncio.

Dionísio Jacob permite que o protagonista Máximo Modesto exponha, através de memorandos, seus desejos, ansiedades, indignação e problemas relacionados à repartição pública Serviços Interinos, onde exerce o cargo de Gerente de Assuntos Relacionados. É interessante mencionar que Modesto desconhece até o tipo de atividade que irá desenvolver no decorrer de sua permanência na repartição.

Por essa razão, o gerente tem como meta, a princípio, entender que ocupação profissional desempenha um Gerente de Assuntos Relacionados e começa a atuar, de formas díspares, na repartição, e até rígidas, com relação aos outros funcionários porque desconhece a verdadeira missão a cumprir:

[...] Ora, se eu soubesse exatamente para que o meu cargo serve, estaria acomodado a uma definição, a um conceito e diria mais: a um preconceito! Como ainda é vago para mim o que vem a ser um Gerente de Assuntos Relacionados, a constante agitação do meu espírito na procura de uma definição tornou-o esperto, atento, não acomodado. E, no meio dessa descoberta, acredite Vossa Senhoria ou não, quase descobri o segredo da minha função! Juro mesmo! Por um momento julguei descortinar o perfil do meu cargo (JACOB, 2001, p.35-36).

Esse personagem engaja-se numa luta ferrenha para descobrir, literalmente, o que desempenha um Gerente de Assuntos Relacionados, porque tem pressa em transformar aquela repartição num setor organizado, assim como conscientizar os funcionários dos direitos e obrigações cabíveis aos que ocupam uma função pública para que a repartição tome alento. É interessante ressaltar que, apesar de Máximo Modesto expressar suas aspirações e apresentar

reformas para a Serviços Interinos, através de memorandos, estes sequer são lidos pelo suposto diretor, a quem os envia:

Mas o que mais dói é ter consciência da própria insignificância! É saber que o Senhor provavelmente nem lê os memorandos! Não lê mesmo, não é, sem-vergonha? Vossa Senhoria não percebe o desperdício humano que isso acarreta? Nunca leu nenhum livro sobre a importância dos recursos humanos? Não?! (JACOB, 2001, p.18).

Diante desse pressuposto, podemos comprovar, através de Orlandi, que uma das táticas usadas pelo poder para reprimir os subordinados é o silêncio. E este exerce um papel significativo na obra, em análise, pois o personagem protagonista toma a decisão de expor sua forma eficiente de gerir a repartição, por meio de memorandos administrativos, enviados a seu chefe imediato, através de uma portinhola giratória, porém não recebe respostas. Por isso, entende que o silenciar do Diretor Administrativo representa algo significativo que o impulsiona a agir:

O silêncio é a matéria significante por excelência, um continuum significante. O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso. [...].

O homem está condenado a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à ‘interpretação’: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico (ORLANDI, 1995, p.31-32).

Redigindo seus memorandos administrativos, Modesto vê a importância de traçar o perfil dos funcionários lotados, na Serviços Interinos, para explicitar as diferenças culturais que separam a classe majoritária (superior) da subordinada. Partindo desse ensejo, o narrador põe, em enlevo, o funcionário Ebenezer, conhecido por Bigode, para, através dele, fazer ciência das falcatruas utilizadas pelo poder para coibir os que não dispõem de argumentos nem de “força” para resistir à pressão da classe dominante. E Bigode representa um símbolo desta “dinastia” que utiliza máscaras de múltiplas faces para encobrir a corrupção que existe nos setores públicos. É o que podemos perceber no fragmento abaixo:

Parece, sempre segundo o Gringo, que não existe ninguém mais avesso ao trabalho do que esse Ebenezer, vulgo Bigode. Ele chega – Vossa Senhoria há de espantar-se sem a menor dúvida – a se fantasiar quando vem receber seu contracheque, de medo que alguém o reconheça e o chame para ocupar o cargo pelo qual está recebendo. E é muito habilidoso, não estando fora de cogitação que sua alcunha tenha se originado

de algum disfarce. É tão astuto, o malandro, que até traz uns papéis que permitem receber o contracheque mesmo parecendo outra pessoa! Ou seja, ele autoriza o pagamento para si mesmo! (JACOB, 2001, p.30).

É interessante ressaltar que esse relato feito por Máximo Modesto aponta para as artimanhas que o poder dispõe para beneficiar pessoas que percebem salários sem executar nenhum trabalho, que faça jus à remuneração. Além disso, mostra o abuso de poder e o apadrinhamento, porque Ebenezer é filho bastardo de um juiz e utiliza-se das táticas e dos jogos da intrincada rede de poderosos que compõem o sistema judiciário, em questão, com o objetivo de tirar proveito daquilo que não lhe dá direito. Com base nesse entendimento, Modesto desabafa:

[...] E isso tudo, como já narrei a Vossa Senhoria no memorando anterior, havia divertido demais o Bigode... [...] E sei que isso para ele não vinha apenas da necessidade de ganhar algum dinheiro, mas de desmoralizar. Ele tem grande prazer nessa coisa. Ele gosta disso. Aprecia essa atividade de mostrar os podres, de driblar, de enganar. O danado não conseguiu colocar em disquetes toda a vida oculta da corrupção pública e brincando com a corrupção, corrompendo ele mesmo? (JACOB, 2001, p.151).

CONTROLE SOCIAL: ***O silêncio como símbolo de repressão***

Lakatos (1981) discorre sobre controle social citando Frederick E. Lumley, que questiona a existência de duas categorias de controle social: uma alicerçada na força física e a outra em símbolos. A primeira, embora seja imprescindível, não é capaz de sozinha manter a ordem social e, por essa razão, é fundamental que haja controles sociais com base em símbolos.

A partir dessa reflexão, podemos enquadrar a realidade vivida por Máximo Modesto no sistema de controle sociorrepressivo, pois esse personagem submete-se aos caprichos do seu superior hierárquico, através do silêncio representado, para atuar, com eficácia, na Serviços Interinos e tentar transformá-la em uma repartição autêntica. Esse é, portanto, o jogo do poder hegemônico que silencia para coibir os subalternos, logo esse poder se faz presente em *A utopia burocrática de Máximo Modesto* como forma de controle social, e o silêncio representa um símbolo de repressão.

Podemos constatar essa asserção nos fragmentos do romance, em análise, que mostram o silêncio, em face de sua

dimensão política, atuando como uma forma de dominação e de repressão social. Isso fica evidente quando Modesto declara estar sendo esmagado pela atuação silenciosa de seu diretor e até admite ser vítima desse ato sarcástico.

Diante dessa situação, tenta esboçar resistência para desenvolver sua função, de acordo com sua capacidade e compreensão de mundo, mas acaba fazendo o “jogo” do poder, que induz os assujeitados a verem os desempenhos sociais, conforme a determinação da classe dominante. Partindo desse princípio, Modesto reconhece que não tem competência para gerir a repartição Serviços Interinos e acata as decisões impostas pelo silêncio do diretor, por entender que, embora tenha consciência de que é vítima dessa ação dominante, não tem pulso nem argumentos para libertar-se das garras do silêncio, cuja execução discursiva representa uma voz resoluta:

[...] E eis-me aqui, vítima de silêncios e rancores e sarcasmos e sei lá mais o quê apenas por tentar ser minimamente decente! [...] Queria tanto ter vossa serena sabedoria silenciosa! Mas quem sou eu? Um reles fiscal, alçado talvez por engano a um cargo de gerência para o qual não estava preparado (JACOB, 2001, p.45).

Como já mencionamos, as autoridades se calam para estabelecer o discurso do silêncio com o objetivo de oprimirem as minorias culturais (as culturas inferiores). Esse aquietar-se do poder aparece em *A utopia burocrática de*

Máximo Modesto, ora como resposta positiva, ou como reconhecimento do trabalho exercido pelos funcionários da Serviços Interinos, ora como metodologia, ora como sábia quietude, ora como imposição, como insensibilidade e como incompetência.

Partindo do pressuposto, percebemos que o silêncio representa, nessa narrativa literária, significados díspares, por isso Máximo Modesto busca “utopias de saída” para livrar-se das adversidades do poder público. Porém, tentando esquivar-se, enrola-se ainda mais, a ponto de admitir ser cúmplice das estratégias de submissão que as classes majoritárias impõem às subordinadas. Essa lógica fica evidente quando Modesto fala:

[...] Sei que isso pode parecer lá o seu tanto pueril, mas não tenho a vossa estatura, vosso estofo, que apenas com o silêncio consegue impor. [...]. Para o que serve um chefe senão para granjear ressentimentos e semear rancores? Faz parte. Tento me impor como posso para o bem do nosso ideal que é a glória da Serviços Interinos. Afinal, sou vosso soto-soberano, o que para mim é motivo de orgulho (JACOB, 2001, p.104-105).

Dionísio Jacob, nesse discurso, deixa transparecer que o silêncio, entendido como imposição, emana das classes majoritárias. Percebemos isso, quando o protagonista afirma que o diretor se utiliza do silêncio para gerir os subordinados. E o calar, nesse sentido, representa uma voz capaz de

fazer o outro tomar o norte que lhe é imposto. Dessa forma, silenciar se constitui uma forma de pronunciar palavras. Através dos relatos de Modesto, é pertinente sustentar que esse signo linguístico, quando se instala na tecedura textual, intervém e provoca uma falta de simetria entre os discursos, fazendo afluir uma desorganização que privilegia o comando do discurso do poder.

Por essa inferência, concluímos que os detentores do poder se utilizam do silêncio para fazer as minorias culturais se calarem diante dessa ação estabelecida. Sendo assim, percebemos que o silêncio usado pelo poder consegue abafar a voz dos menos favorecidos, porque esses não dispõem de meios que lhes proporcionem quebrar essa força repressora, embora tentem resistir, mas acabam aceitando a autoridade dos dominantes. Isso é o que Orlandi (2002) denomina de “silêncio do oprimido”, que remete para o discurso da resistência, entendido como uma forma de oposição do poder. Sendo assim, podemos ver que não é possível traduzir o silêncio em palavras, mas é cabível compreender o sentido do silêncio através de métodos discursivos.

Partindo dessa coerência do discurso, Máximo Modesto se enquadra no rol dos “modestos”, dos inferiorizados socialmente, mas ele declara sua indignação e revolta quando passa a discutir com o “silêncio” que a obra, em questão, retrata. Deduzimos, então, que Modesto tem consciência de que é menosprezado pela classe dominante, mas acha-se impotente diante do discurso do silêncio que o poder impõe. Por essa razão, sente a necessidade de permanecer na gerência da Serviços Interinos, porque é uma

forma de garantir o sustento da família. Nesse sentido, podemos inferir esse caso a partir do fragmento abaixo:

[...] Creio que mesmo Vossa Senhoria não está nem aí! Pelo jeito é isso, não é? Tanto faz como tanto fez? Se sumirmos do mapa, para o Senhor tudo bem! Acho que o Senhor nem sabe que a gente existe! Aposto que nunca leu nenhum memorando! Mesmo este que estou escrevendo agora... Seu destino é o lixo ou o picador de papel! Pensei mesmo em abandonar este emprego. Mas não posso. Ainda não sou aposentado. [...] Mas o que mais me dói é ter consciência da própria insignificância (JACOB, 2001, p.17- 18).

Segundo Oliveira (2001), a sociabilidade se desenvolve através de socialização, que é a forma pela qual o sujeito se integra num grupo e assimila os padrões culturais que este lhe impõe. Concretizado esse fato, surge a necessidade do controle social cujo objetivo é fazer com que os integrantes do grupo assimilem os valores que lhes são determinados, para evitar que desponham comportamentos divergentes. Por isso, o Estado, que é considerado uma das agências mais importantes de controle social, centraliza o poder e a autoridade com o objetivo de manter a ordem social.

Tomando como base essa coerência discursiva, é conveniente mencionar que a questão de controle social e a ideia de resistência da classe subordinada estão presentes nessa narrativa literária. Analisando a fala de Modesto, percebe-se

que o inconsciente imaginário dele revela sua fragilidade, em relação ao seu superior, e ao mesmo tempo, sua revolta por sentir-se nulo diante do poder. Fundamentando-se nesse conceito atribuído ao Estado, entendemos que os discursos emitidos por sujeitos encarregados de cargos funcionais privilegiados, na sociedade, têm papel preponderante em seu universo delineado, visto que é através da ação desses discursos que se observa a hegemonia de um discurso em detrimento de outro. E a partir dessa supremacia discursiva, surge a opressão, marca expressiva e concreta dos que comandam o poder.

No entanto, compreendemos que esse emaranhado de coisas aponta-nos para os problemas sociais que deixam, evidente, a existência dos grupos dominantes e assujeitados, provocando um certo desequilíbrio entre os discursos expressos por essas classes sociais. Esses problemas chegam a se agravar ainda mais, quando os indivíduos que ocupam posição de destaque social, silenciam diante dos anseios das minorias culturais – as classes sociais culturalmente inferiores – que não possuem meios para esboçar suas vozes, nem forças para que seus discursos se tornem efetivos.

Por isso, o Gerente de Assuntos Relacionados, Máximo Modesto, apesar de ter ciência de que é menosprezado por seu chefe imediato, recua seu discurso frágil, sem emoção, e privilegia a fala do diretor da repartição pública Serviços Interinos. Seguindo esse raciocínio, Modesto deixa, clara, a sua indignação por sentir-se preso às decisões que a elite política toma, em função do desempenho dos cargos hegemônicos, que exerce para dar destino à vida dos inferiorizados

socialmente. Pensando dessa forma, Máximo Modesto pondera os fatos e menciona com convicção:

[...] Seria tão bom ouvir uma palavra tranquilizadora a esse respeito. Bem... mas eu conheço vosso método e o respeito muitíssimo, haja vista os progressos cristalinos da nossa repartição. Penso no que conseguimos e no que ainda iremos conseguir! Não! Não podemos perder isso! Malditos políticos, que decidem a nossa vida como bem entendem! Não vamos permitir! Oferecerei resistência! É tudo que prometo! (JACOB, 2001, p.87).

Na verdade, os sentimentos e emoções gerados pela experiência social enquadram-se nas necessidades dos indivíduos agregados em sociedades. Porém, não há sociedades tão organizadas que apresentem completude entre a cultura e a identidade dos indivíduos socializados, nem existem sujeitos que se ajustem instantaneamente em seu *habitat* e adotem os meios culturalmente aprovados e sancionados pela cultura, sem discuti-los, visto que existem incoerências nas organizações sociais e nas culturas estabelecidas pelos grupos, que geram uma dada insatisfação nos indivíduos e despertam anseios e ambições.

Partindo dessa reflexão, entendemos que, em Dionísio Jacob, Modesto revela sua angústia e seu descontentamento, no momento em que se expõe, irritado, por entender que a elite política possui autoridade e poder para decidir a vida

dos inferiorizados socialmente. No entanto, acaba respeitando as táticas de dominação utilizadas pelo grupo elitista, porque não possui prestígio, nem métodos para livrar-se da opressão que essa classe social, em silêncio, exerce sobre os subordinados.

Por essa razão, Modesto direciona seu discurso ao diretor da repartição que gerencia, para mostrar-se cômico de que admira e respeita a metodologia com que o diretor se traça para governar aquele setor. E entende que a quietude do seu superior representa uma forma sábia e inteligente de manipular os destinos da repartição com eficácia.

Nesse sentido, entende-se que, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, o silêncio é uma voz autêntica e significativa que se presta a moldar o Gerente de Assuntos Relacionados para que atue, na repartição, com a eficiência que o poder exige. Máximo Modesto acaba por admitir que a forma de calar do seu superior imediato é mais comovente do que um discurso verbal eloquente. Vejamos a veracidade dessa parte discursiva, através da fala de Modesto abaixo citada:

[...] E cada vez mais sou agradecido a Vossa Senhoria pelo modo original como conduz a nossa repartição. Admiro a forma como vosso silenciar sobre todas as coisas é mais eloquente do que os discursos mais palavrosos. Estou cheio de otimismo em relação ao futuro (JACOB, 2001, p.52).

Interpretando a voz de Modesto, neste fragmento, de acordo com o discurso de Teles (1979, p.11), vemos que o silêncio representa uma forma de ministrar a linguagem e conduzi-la para aquilo que não se pode expressar, deixando margem para que o não dito signifique o real do discurso. Por essa razão, o gerente contempla, surpreso, o silenciar do diretor da Serviços Interinos e compara esse gesto silencioso a uma fala mais persuasiva do que os discursos expressos por palavras eruditas e convincentes.

IRREGULARIDADES E DENÚNCIA

Concordamos com Burke (2002, p.104), quando discorre sobre sistema político e põe, em discussão, a forma de governo que se fundamenta em relações pessoais entre sujeitos desiguais. Por esse raciocínio, compreendemos que o autor mencionado trata da questão de apadrinhamento, pois Burke faz referência a líderes e subordinados, no sistema político, necessários para que se estabeleça a ordem no Estado. Ainda com base nessa premissa, estes atores sociais são denominados de padrinhos e seus discípulos, de afilhados. É fundamental que ambos tenham algo a oferecer entre si: os sujeitos protegidos apoiam os que detêm o poder, tidos como padrinhos, usam palavras bem articuladas e expressões de apreço, como forma de respeito, para honrá-los e consentir a submissão que lhes é imposta.

Por outro lado, os padrinhos têm como missão proporcionar cargos políticos aos afilhados, cujo objetivo é protegê-los, porém estes ficam atrelados à vontade do poder totalizante e vulneráveis à repressão social. Essa estratégia política é pertinente à obra, em questão, porque o Gerente de Assuntos Relacionados, Máximo Modesto, menciona

reflexões, que surgem, no momento em que faz uma retrospectiva do trabalho que desempenha, na Serviços Interinos:

[...] Fui descobrindo aos poucos que toda aquela turma – o Gringo, o Bigode, dona Janice, Cícero e mesmo o Cabeça – conseguiu emprego graças a algum tipo de apadrinhamento. O Gringo armava palanques para um político, o Cícero era cunhado de um advogado que conhecia um juiz que trabalhava aqui. A mesma coisa com os outros. Acho isso intolerável! É injusto para aqueles, como eu, que prestaram concurso honestamente! (JACOB, 2001, p.43).

Dionísio Jacob faz de sua obra uma defesa dos interesses nacionais e denuncia as irregularidades das repartições públicas, criticando as corrupções que ocorrem, nesses setores administrativos, e mostra que os efeitos dessas depravações só nos são revelados, quando aparecem nos telejornais, mas sempre com aparência equivocada e sem provas concretas:

[...] É fruto de todas as incursões do Bigode por sistemas fechados de grandes instituições. Um levantamento das corrupções que correm por aí e cujos efeitos constatamos quando aparecem nos telejornais, como tem acontecido cada vez mais amiúde, mas sempre com aparência ambígua sem provas definitivas (JACOB, 2001, p.144-145).

Toda a história se fixa em fatos verossímeis que são vistos através da imaginação do narrador, que se detém em relatar tudo o que acontece na Serviços Interinos, procurando sempre se adequar às novas situações embaraçosas que surgem no setor. Percebemos que Dionísio Jacob faz fluir, em sua obra, a imaginação criadora como um referencial imprevisto e caricatural entre a criação inteligente e a utópica.

Trilhando por esse caminho, Modesto, de forma sábia, retrata o painel da política brasileira, em épocas de eleição, com o objetivo de denunciar as artimanhas que os políticos usam para alcançar o poder. Como veremos, no fragmento abaixo, eles organizam “cabos eleitorais” que os propagam com veemência, porque em troca, num futuro breve, tomarão posse do emprego prometido durante a campanha:

[...] O Gringo está armando palanques adoidado, o Bigode trabalha de fiscal em dois partidos opostos, usando disfarce, e levou meu filho junto. Cícero é um faz-tudo eleitoreiro, desde faxina de comitê até boca-de-urna, e dona Janice, agora que aprendeu a usar o processador de textos, está fazendo mala direta para um candidato lá no comitê do sem-vergonha. Ficamos aqui, isolados, eu, o Cabeça e Xô. Sei que muitos deles conseguiram suas colocações graças a essa atividade (JACOB, 2001, p.77).

Tomando como base o pressuposto, percebemos que as estratégias políticas, que os candidatos a cargos eletivos usam para desfrutar o poder, são capazes de influir na

decisão dos eleitores e, também, podem estabelecer normas que sejam fundamentais para aumentar a influência no meio social. É o que constatamos em Dionísio Jacob, quando aborda a questão política, mostrando fins eleitoreiros. Essas normas podem, ainda, limitar o poder dos subordinados. E na medida em que os detentores dos cargos eletivos representam a classe majoritária, podemos admitir que essa elite política detém o poder.

Logo entendemos que a luta para alcançar o poder, em qualquer sociedade, seja ela democrática, autoritária ou hegemônica, transpõe competições ou conflitos, não apenas entre os sujeitos comuns e partidos políticos, mas também entre grupos sociais que tentam proteger ou assegurar seus interesses. Pois, o ideal dos competidores é conquistar o comando da máquina governamental.

Seguindo esse raciocínio, entendemos que a cultura dominante tende a enredar os dominados a se moldarem aos padrões sociais que lhes são incumbidos. E estes acabam aniquilados diante da ação do poder da classe superior, pois os detentores do poder têm o propósito de convergir para si autoridade máxima que lhes dê suporte para comandarem os inferiorizados socialmente. Esse discurso de supremacia se encontra em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, quando o narrador deixa evidente que a elite política ostenta o poder holístico do Estado. Nesse sentido, Silva (2003), também, defende a ideia de poder totalizante do Estado quando infere:

[...] Os Estados quando assumem porções simbólicas de poder, mesmo em espaços culturais democráticos, tendem a tornar a arbitrariedade uma de suas

tônicas, pois não há exemplo melhor para provar o poder de um dado indivíduo/cultura do que o de poder enredar o outro a quem se quer distante ou aniquilado numa teia discursiva que dificilmente o enredado teria condições de sobreviver (SILVA, 2003. p.81).

Essa polêmica acerca de dominação e resistência apontamos para uma questão cultural, que se fundamenta em um sistema de valores baseado em apadrinhamento e corrupção, que já se tornaram uma tônica nos sistemas políticos brasileiros. No entanto, corrupção direciona-se para um comportamento que se desvia das obrigações formais inerentes a um papel público. Constata-se a corrupção, quando um sujeito – engajado no serviço público – se utiliza de meios indevidos para exploração do cargo que exerce para negociar favores. Como discorre Burke (2002), citando Klaveren:

[...] Poder-se-ia, por exemplo, estabelecer a diferença existente entre a concessão de favores por altos funcionários a seus parentes e amigos e a venda de tais favores, isto é, a exploração do cargo de acordo com as regras do mercado. O surgimento da corrupção nesse último sentido parece ser em parte do desenvolvimento geral da sociedade de mercado do século XVIII em diante (BURKE, 2002, p.108).

É interessante ressaltar que os funcionários públicos que se beneficiam com esse jogo político de apadrinhamento, em geral, não dispõem de uma qualificação funcional para o cargo que ocupa, e isso implica problemas nas repartições públicas, já que os servidores não têm competência para o cargo. É evidente, também, que as repartições públicas nem sempre dispõem de cursos de capacitação profissional com relação às funções exercidas por funcionários públicos comissionados ou prestadores de serviço que não têm habilidades para o cargo disponível.

Em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, defrontamos com um episódio ocorrido com Dona Janice, secretária da Serviços Interinos, que comprova esse discurso. É o fato de deparar-se com um computador, em seu birô, e chorar, desesperadamente, porque não sabia lidar com aquela máquina, fruto da modernidade, o que seria uma inovação, no setor, arquitetada pelo gerente Máximo Modesto que tinha a intenção de moldar aquela repartição aos padrões técnicos exigidos pela nova era tecnológica. É o que vemos nesse fragmento da obra:

[...] O mais engraçado foi a reação de dona Janice ao ver a máquina sobre a sua mesa na segunda cedo (pois vim instalar aqui no domingo à tarde). Começou a chorar, apavorada, achando que já ia perder o emprego. [...] Expliquei para dona Janice que ela deveria encarar o micro não como um entrave, mas como um desafio para sua carreira profissional (JACOB, 2001, p.30-31).

Percebemos que, nessa narrativa, Dionísio Jacob manipula fatos que não são mensuráveis pelos mesmos modelos dos acontecimentos reais, mas denunciam as irregularidades cometidas pelos representantes legais do poder público. É relevante mencionar que, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, o narrador protagonista tem a incumbência de trazer, à tona, irregularidades triviais que acontecem nos setores públicos do Brasil. Provavelmente, denunciadas esporadicamente e, às vezes, vêm ao conhecimento público através de telejornais, porém não geram efeitos positivos no sentido de que haja punição para os que infringem as leis que regulam o bom funcionamento das repartições públicas, porque prevalece a supremacia da classe dominante que banaliza tais denúncias.

A representação simbólica de um urubu na obra

Nesse ponto, refletimos sobre um estranho episódio acontecido, na Serviços Interinos, que é a chegada de um urubu na repartição. O fato é questionado por Modesto quando busca entender se é possível haver relação entre um urubu e o serviço público. É interessante salientar que por se tratar de uma ave de rapina, que se alimenta de carne em decomposição, Máximo Modesto passa a construir, de forma inconsciente, um mundo imaginário que o leve a resgatar o mistério que impulsionara aquela ave a habitar naquele setor. Por isso, empenha-se em descobrir que vínculos constroem tão absurdas relações:

[...] Que relação pode haver entre um urubu e o serviço público? Entende Vossa Senhoria que a vida está sempre

gerando relações muito difíceis de serem compreendidas, mas que possuem um nexu ou nem seriam relacionáveis? Tal há de ser nossa função: descobrir o nexu das relações mais absurdas. Vamos ao urubu (JACOB, 2001, p.71).

Seguindo a lógica dessa reflexão que Modesto faz, enviesado pelo seu inconsciente imaginário, pode-se entender que o urubu, em um primeiro momento, representa um sujeito empenhado num alto escalão governamental. Percebe-se isso, através de um relato do narrador que menciona o instante em que o urubu invade uma pequena horta, situada no Jardim Joara, com o objetivo de encontrar carniças de sua preferência:

Vamos ao urubu! O seu Cícero, nosso boy quarentão, lá na sua casinha no Jardim Joara, viu sua pequena, mas prolífera hortaliça ser invadida por um urubu que surgiu não se sabe de onde. Como aquela região tem alguns descampados e uns esgotos a céu aberto, podia ser que a ave tivesse encontrado por ali carniças de sua predileção. (JACOB, 2001, p.71).

Fundamentando-se na lógica dessa passagem narrativa, entendemos que o urubu é o protótipo (metafórico) de um sujeito emigrante da classe majoritária, porque chega à repartição, irreduzível, cujo objetivo é pôr rédeas naqueles

que fazem a Serviços Interinos para, através do poder, exercer o controle social. No entanto, olhando por outro ângulo, num segundo momento, percebemos que o urubu pode representar, ainda, um indivíduo da elite que fracassara. E, embora tente ostentar poder, aos poucos, vai se adaptando à cultura da classe inferior, a ponto de largar seus hábitos de carniceiro e abraçar a cultura dos menos favorecidos. Como podemos ver:

[...] O urubu foi ficando e o Cícero foi deixando. Talvez fosse um urubu cansado de guerra. O certo é que o hábito da carniça a ave abandonou, pois passou a ser tratada à base de café com leite e pão amanhecido. O mais engraçado e surpreendente é que a ave adquiriu, com o tempo, manias de cachorro (JACOB, 2001, p.71).

Por essa lógica discursiva, entendemos que a classe social detentora do poder hegemônico se utiliza de “joguetes” políticos, como já mencionamos, para gerenciar as classes subordinadas. E concretiza seus intentos, usando, como arma, o silêncio que, no poder, é uma voz que impera e decide a predominância da cultura majoritária, embora haja sempre uma resistência da cultura inferior, como afirma (ORLANDI, 1995, p.87): “[...] Entretanto, como o silêncio significa em si, à ‘retórica da opressão’ – que exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a ‘retórica da resistência’ fazendo esse silêncio significar de outros modos”.

Seria possível, portanto, argumentar que Modesto mostra-se inquieto devido surgirem problemas diversificados, na repartição Serviços Interinos, e difíceis de solucioná-los. Todavia, toma a decisão de comunicar ao diretor, através de um memorando, a situação decadente da repartição para fazer ciência de que os serviços tendem a parar, porque os funcionários não comparecem regularmente ao setor de trabalho, alegando o mísero salário que percebem.

Dessa forma, o gerente declara tolerar a situação por compreender a decisão dos colegas, mesmo não concordando que a negligência justifique esse fato, pois defende o conceito de que a dignidade do homem deve estar acima de qualquer função, que o sujeito exerça num determinado setor. Entretanto, Modesto reconhece que o fracasso da repartição é causado pela incompetência dos que comandam a máquina governamental e declara com veemência:

A dignidade do ofício deve estar acima de qualquer coisa, não concorda Vossa Senhoria? O dinheiro é importante, mas e a nossa honra? Digo isso para mostrar a Vossa Senhoria a minha posição em relação ao assunto. Entretanto, não digo que aceito, mas entendo um pouco o que aconteceu, à luz das dificuldades econômicas geradas pela incompetência dos políticos, essa raça de larvas (JACOB, 2001, p.118).

Podemos ver que o gerente, mesmo preso às cadeias da elite política, esboça resistência, porque é consciente de que

a ruína da Serviços Interinos é uma consequência dos desmandos causados pelos políticos. Segundo o pensamento de Bastos (2002, p.36-37), essa questão nos remete para a polêmica do poder que teve início, nos tempos mais remotos, quando a sociedade galgou um nível ínfimo de diferenciação social. E, por isso, conseguiu distinguir suas funções que resultariam num tipo especial de poder, que não se confundiria com o já existente nas diversas sociedades.

Por essa lógica, entendemos que esse novo poder possuía uma organização social específica cuja pretensão era alcançar seus objetivos. Dessa forma, despontava a sociedade política mais abrangente, em razão dos seus fins, comparando-se com as demais sociedades e, também, porque fechava em si própria as outras sociedades, demonstrando, a princípio, que possuía forças para comandar as classes sociais que não correspondessem a esse poder.

A partir dessa sociedade política, as outras sociedades, já estabelecidas, buscavam se organizar com o objetivo de se ampliarem para adquirir formas disciplinares que levassem os agregados em grupos a relacionar-se, mutuamente, e passassem a zelar pelos interesses advindos do conjunto das diversas sociedades.

No entanto, estes grupos denominavam os interesses sociais de bem comum e este correspondia aos interesses públicos. Era necessário que houvesse meios que os defendessem dos inimigos aliados. Por isso, a elite política arquitetou a ideia de criar um sistema de prestação de serviço que beneficiasse a todos, mas deveria manter-se a ordem social.

Na verdade, esse plano não estava disponível às diversas sociedades. Por essa razão, surgiram os governantes que se utilizariam da força ou de agilidades pessoais, ou mesmo,

usando talentos mágicos, ou então, através de relacionamentos específicos com Deus, cujo objetivo era se transformarem detentores do poder que circundava a todos. A partir disso, surgiu o sistema político e com ele despontou a necessidade básica, inerente ao homem, de se criarem normas legais que se constituíssem uma fortaleza para que a elite política enfrentasse os desafios naturais e de outras sociedades rivais.

Esse poder político atua em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, visto que observamos que a elite política, abordada na obra, mantém a supremacia sobre as demais classes sociais. Porém, fica evidente que a classe majoritária preocupa-se em defender seus interesses para manter-se no comando do poder. Percebendo isso, Modesto, apesar de não possuir forças para se defender da ação dominadora da elite, tenta resistir por reconhecer que a classe subordinada sofre as consequências da falta de governo, por parte dos políticos, e declara:

E, naquele mesmo momento me veio a lembrança dos disquetes que o Bigode tinha me dado para que eu guardasse e aquela lama se sobrepôs a essa e eu vi que não havia governo, que nenhum governo resolvia as coisas de sempre, que apenas cuidava de manter-se no governo (e de, saindo dele, retornar), e a gente estava por nossa conta e risco, não havia alguém tomando conta, não havia nenhuma autoridade olhando com atenção para as coisas, e naquela hora eu dei uma risada e a mulher do meu lado foi mais uma que achou que eu estivesse ficando maluco (JACOB, 2001, p.158).

Vemos que Modesto tem consciência de que é representado por esse grupo que detém o poder, mas não enxerga caminhos outros que o conduzam a uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, silencia e absorve o poder supremo que lhe é imposto, por entender que este encerra em si as funções que instituem as leis gerais, que vão estabelecer a ordem social, para que os subordinados as assimilem. Sendo assim, os atores inferiorizados se submetem aos caprichos impostos pela elite política, detentora do poder máximo do Estado.

Percebemos em Tomazi (1996) que, por ordem natural, os homens apresentam caracteres, que os determinam iguais, no sentido de desempenharem aptidões para exercer a vida em sua plenitude. Por essa razão, estabeleceu-se uma luta incansável entre eles para tomarem posse do poder. No entanto, para evitarem que a violência prevalecesse, acharam necessário haver um acordo entre os grupos competidores, que o denominaram de contrato, com o objetivo de criarem normas que preservassem a vida. Sendo assim, as desigualdades sociais se justificariam como algo inerente às próprias condições de existência social e política do homem.

Por esse raciocínio, compreendemos que a elite política tem autoridade para comandar os grupos sociais subalternos e usa o silêncio como uma modalidade de voz capaz de gerir um povo, uma nação ou mesmo um grupo menor, sem necessitar verbalizar enunciados. Isso denota uma forma autêntica de gerir os propósitos e a vontade dos grupos sociais demarcados como subordinados. Na verdade, estes atores sociais perderam a voz diante do poder e se habituaram aos preceitos introduzidos por aqueles que alcançaram a supremacia social. Dessa forma, entendemos que, em A

utopia burocrática de Máximo Modesto, Dionísio Jacob deixa transparecer, por meio dos relatos, que o poder que emana da classe superior é suficiente para governar os remanescentes sociais.

Mediante essa conexão argumentativa, revalidamos que o silêncio do poder equivale a uma fala imperiosa e repressora que subjuga aqueles que, embora tenham voz, não conseguem falar mais alto do que o silêncio que ecoa nos bastidores do poder. Por essa lógica, entendemos que o poder mascara-se e reveste-se de forças para coibir os assujeitados, enquanto que estes sequer dispõem de meios legais para exercer a cidadania.

Essa questão foi trabalhada por Schüler (1989), quando abordou o poder de supremacia da classe dominante sobre a cultura de massa. Nesse sentido, o autor supracitado mostra que a classe superior manipula os assujeitados sem exercer voz, enquanto estes falam, mas seus discursos voltam ao silêncio, porque os subordinados não conseguem alçar voz diante da ação do poder. Trata-se, portanto, da oposição civilização-rusticidade discutida por Schüler, evidenciando a desigualdade social que se arrasta desde as sociedades mais remotas, quando o homem decidiu que, para chegar ao poder, era necessário entrar numa acirrada luta de todos contra todos com o objetivo de alcançar a majoração de classe.

A Bíblia também aborda essa discussão do silêncio, mostrando-o como uma forma de representar os que calam para obedecer aos superiores. Este aquietar representa uma outra modalidade do silêncio inerente aos atores sociais que, na hierarquia social, permanecem submetidos ao jugo daqueles que chegaram ao poder máximo. Analisando a epístola do apóstolo Paulo a Timóteo, deparamos com a seguinte

exortação: “A mulher aprenda, em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio”. (I TIMÓTEO, cap. 2, v.11-12). Esse discurso aponta-nos para a questão social que determina a existência das classes sociais: majoritária e subordinada, já discutidas em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*.

É oportuno mencionar que o apóstolo mostra, claramente, que o silêncio representa um símbolo de sujeição, já que a mulher deve calar, ou seja, perder a voz diante das decisões tomadas pelo homem, considerado classe superior dentro do contexto social. Por isso, a razão de exercer autoridade sobre a mulher. Vale ressaltar, ainda, que Paulo aborda esta questão, com mais rigor, numa carta enviada aos efésios: “Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo” (EFÉSIOS, cap. 5, v.23). Nesse sentido, o apóstolo deixa evidente que o homem exerce influência sobre o pensamento e o modo de proceder da mulher.

Já em Apocalipse, livro das revelações escatológicas, o silêncio também representa uma forma de submissão, quando Jesus, na visão profética de João, abriu o sétimo selo que determina o fim do homem, na Terra, e houve silêncio, no céu, cerca de meia hora, deixando todos em suspense: “Quando o Cordeiro abriu o sétimo selo, houve silêncio no céu cerca de meia hora”. (APOCALIPSE, cap. 8, v.1). Esse silenciar remete-nos para a questão de respeito à autoridade suprema de Jesus que, através da irrupção de um gesto, fez o céu calar.

**ÉPOCA DE ELEIÇÕES NO BRASIL:
*evasão de servidores das repartições
públicas e agitação***

Seguindo a trajetória narrativa de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, é imprescindível discorrer sobre eleições no Brasil, pois sob a ótica de Dionísio Jacob (2001), nesse período, há uma genuína luta pelo poder hegemônico. Por isso, os que já estão no topo deste poder, ou seja, os que têm a supremacia em relação às classes sociais, vistas pela elite política como inferiorizadas, dão sustentabilidade ao descaso e à evasão que acontecem nas repartições públicas.

Com base nesse discurso, isso acontece porque os candidatos a cargos eletivos necessitam dos servidores para que se engajem nas acirradas disputas eleitorais. Vale salientar que os concorrentes precisam do apoio dos funcionários, porque estes se constituem uma fortaleza para que os competidores alcancem o alvo desejado.

Na verdade, há benefício recíproco, pois os que se elegem vão tomar posse do cargo a que concorreram, e os que batalharam para efetivar essa conquista, vão permanecer/conseguir uma vaga nos cargos comissionados e/ou prestação

de serviço. Seguindo esse mesmo raciocínio, o Gerente de Assuntos Relacionados da Serviços Interinos, Máximo Modesto, faz uma reflexão sobre o que acontece, nos setores públicos, e brada:

Que raiva! Mais que raiva... ódio! Iria além, chegaria mesmo ao nojo, que é o que me causa esse tipo de gente! Não! Não estou falando do nosso pessoal! Falo dos políticos! Explico: quando tudo estava caminhando dentro da mais perfeita normalidade, surgem essas eleições municipais e o quadro de funcionários enlouquece! Todos parecem (desculpe a expressão chã) cadelas no cio! Está uma correria desenfreada para procurar partidos. Tentei frear o movimento, mas me senti como uma rocha tentando evitar o avanço das águas: fui contornado por todos os lados, nem conseguiram se justificar, simplesmente desapareceram, sumiram! (JACOB, 2001, p.77).

Consideramos, através do aspecto do olhar do Gerente de Assuntos Relacionados, da Serviços Interinos, que o sistema que rege as eleições, no Brasil, definido pela Constituição de 1988 e pelo Código Eleitoral (lei 4.737 de 1965), há muito o que melhorar. Isso se torna notório porque Modesto protesta a forma como os políticos fazem as campanhas eleitorais e não respeitam as leis sociais que determinam a organização das vias públicas. Sendo assim, declara estar indignado com o lixo, nas ruas, e as pichações nos muros.

Tudo isso causa uma desordem social, e o gerente – tomando como base esses desmandos – não se cala:

Odeio políticos. Sei que o ódio é um sentimento negativo, mas não posso evitar. Sempre tive essa coisa. Veja só: a cidade está um lixo. Não se consegue olhar para um pedaço de muro sem ver estampado um sorriso bestial. E levaram toda a minha equipe! Acho muita histeria esse negócio todo. Será que não dava para a coisa toda ser mais calma? No fim das contas fica tudo como está mesmo! (JACOB, 2001, p.78).

Essa questão política está evidente em Souza (2003), quando discorre sobre análise de conjuntura na obra: *Como se faz análise de conjuntura*, e aborda essa temática com o objetivo de tornar patente um método que nos proporcione a lógica da realidade. Tomando-se como referência o discurso de Souza, é coerente ponderar que o autor menciona a importância de se entender a realidade, através das circunstâncias de fatos opostos que vão nos apontar para a compreensão do mundo que nos cerca. Partindo desse pressuposto, é relevante enfatizar que o autor defende a ideia de que o poder não se constitui uma força imutável, porque há sempre transformação entre as relações de força e, por essa razão, há constantemente surpresas nas relações que envolvem política:

Outra ideia importante é a de que a relação de forças não é um dado imutável, colocado de uma vez por todas: a relação

de forças sofre mudanças permanentemente e é por isso que a política é tão cheia de surpresas: um candidato, um empresário, um político podem achar que mantêm uma relação de superioridade e quando são chamados a demonstrar sua força, percebem que a relação mudou e que a derrota ou vitória devem ser explicadas depois... (SOUZA, 2003, p.13).

Inferimos, em Dionísio Jacob, por meio da arte discursiva, que eleições, no Brasil, provocam uma movimentação popular e, ao mesmo tempo, uma inquietação entre as pessoas envolvidas na questão eleitoral. É notável também que, nesse período relativo às eleições, o País fica vulnerável à desorganização tanto nas repartições públicas quanto nas ruas. Isso acontece porque os funcionários públicos desaparecem de seus setores para se empenhar nas campanhas, e esse fato impede o bom desempenho das repartições questionadas e acarreta prejuízos à nação. Sob esse raciocínio, é possível compreender que tudo só volta a funcionar bem quando as eleições se concretizam. Por isso, Máximo Modesto, Gerente de Assuntos Relacionados, lotado na Serviços Interinos, declara:

Afinal! Temos um novo governo! Novas promessas! E tudo vai voltando ao normal, graças a Deus! Os garis vão limpando a cidade emporcalhada, jogando todos aqueles sorrisos no lixo, que é um bom destino para tanta hipocrisia. E o

melhor: a turma vai retornando! [...] Mas, enfim, chegaram exaustos, ganharam seus trocados, venderam um pouco da alma e agora querem sossego. Ah! Não sabem o que os espera, pois pretendo colocar a Serviços Interinos para funcionar o mais tardar depois do Ano-Novo! E isso é uma promessa! (JACOB, 2001, p.82-83).

Neste ensaio literário, empenhamo-nos em investigar o silêncio em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, narrativa literária que nos proporcionou suporte para que chegássemos à concretude deste como um fio condutor de voz. Nesse aspecto, é conveniente evidenciar que entendemos o calar da elite política como uma forma suprema de voz capaz de manipular o poder que as outras classes sociais granjearam, quando entenderam que era relevante e urgente uma luta para chegarem à jurisdição máxima. Sendo assim, é oportuno mencionar que a classe social majoritária, a elite política, conseguiu, conforme o discurso de Dionísio Jacob, convergir para si a supremacia do poder, cujo objetivo era administrar as classes sociais inferiores, mesmo que estas revelassem resistência.

Esse discurso que trata do poder/supremacia e põe, em evidência, o silêncio atuando como uma fala que não produz voz, mas efetua domínio e autoridade sobre os inferiorizados socialmente, encontramos latente nos relatos de Máximo Modesto. Nesse sentido, tomamos como fundamento essa proposição para declarar a relevância que Teles (1979) menciona, quando discorre sobre a ação do silêncio e enxerga-o como a sabedoria daquilo que não se pronunciou,

mas ficou à margem, ou, na parte central, e produziu voz, mesmo silenciado, ou seja, disse algo e/ou não disse nada, dizendo.

Com base nesse aspecto, percebemos, através do silenciar de quem está na parte mais alta da cadeia social, que a marcha dos assujeitados é regida pela elite política, como já mencionamos neste esboço literário. Isso acontece porque esta classe soberana conseguiu encerrar em si mesma autonomia e poder para governar as demais classes sociais, apesar de ficar claro, no decorrer da narrativa de Modesto, que os inferiorizados, no meio social, tendem a se defender, porém prevalecem os vários sentidos que o silêncio apresenta:

Esta é uma palavra em que, tanto por dentro como por fora, há sentidos que têm sabedoria, como poderia ter dito o Evangelista. Não propriamente a sabedoria do calar, do não dizer por já haver dito tudo, por não ter nada mais que dizer. Mas a sabedoria do que não foi dito, do que ficou à margem ou talvez no centro, o que por ser mais denso não pôde subir à superfície do rio da linguagem. Esta é, pois, uma palavra que tem sabedoria poética, que traz em si, motivados, os sentidos da língua e da linguagem, que diz e não diz, dizendo (TELES, 1979, p.7).

Essa linha de pensamento de Telles (1979) que trata o silêncio como algo mais denso e, por essa razão, não despontou para a “superfície do rio da linguagem”, mas é uma voz

autêntica, aparece em Dionísio Jacob, quando mostra que o silenciar do poder se constitui uma voz capaz de administrar os destinos dos que são governados pela classe social, que demanda esse poder supremo.

Seguindo essa lógica discursiva, é interessante referendar que o autor de *A utopia burocrática de Máximo Modesto* traz, à existência, o que está implícito na forma de gerência imposta pelos políticos brasileiros. Por isso, o Gerente de Assuntos Relacionados da repartição pública Serviços Interinos, Máximo Modesto, denuncia os desmandos causados por aqueles que estão à frente da máquina administrativa, e lamenta a propagação do jargão: “enxugar a máquina”, que vagueia no imaginário coletivo:

Políticos! Odeio políticos! Agora vem o novo Prefeito fazendo alarde, prometendo que vai enxugar a máquina pública. Moralidade administrativa! Já alardeou que deixaram o caixa zero e que, portanto, não vai poder fazer de cara tudo o que prometeu na campanha. Então por que prometeu? Não sabia? Claro que sabia. Sempre o que sai faz a limpa, se não deixa no vermelho, só para que o que entra, quando não é do mesmo partido, se estrepe. Estou mentindo? O que me dá raiva é que uma gente sem talento para nada a não ser governar em causa própria, se é que Vossa Senhoria me entende. Enxugar a máquina! Por que não fazem isso desaparecendo do mapa, indo para onde Judas perdeu

as botas?! Gente safada! É gatinha!
E saem todo dia na primeira página,
falando, rindo, é o assunto principal do
dia: política! (Jacob, 2001, p.84-85).

É pertinente ao discurso de Souza (2003) a forma de organização social que a elite política põe, em relevo, para criar leis competentes que lhe sirvam de suporte legal para gerir as classes sociais inferiores. Porém, fica evidente a primazia dos interesses da classe superior, apesar de haver uma camuflagem nesse sentido, pois percebemos que o empenho da classe dominante – transformado em leis – tende a simular que prevalece a vontade de todos os *grupos* sociais, mas entendemos, por meio desse discurso, que os grupos superiores exercem força e dominação sobre as classes subalternas. Nesse sentido, obtemos, ainda, um juízo de valor a respeito da autonomia e do poder que o Estado tem para definir as regras e as formas legais, a que os *atores sociais* devem submeter-se. Por esse critério, é relevante enfatizar que:

[...] o Estado trata de ‘organizar’ e ‘desorganizar’ a sociedade civil segundo os interesses dos grupos ou classes dominantes, como se essa vontade transformada em lei representasse a vontade de todos e em benefício de todos. O Estado também interfere nos mecanismos de representação social e política da sociedade, definindo as regras e as condições da representação, isto é, estabelecendo as formas legais através das quais os

diferentes atores ou sujeitos sociais se constituem institucional e politicamente, e escolhem e elegem os seus dirigentes (SOUZA, 2003, p.34).

Com base nesse pressuposto, filtramos das entrelinhas do ponto de vista de Souza que o Estado é soberano para “organizar e desorganizar a sociedade civil”. Sob essa ótica, entendemos que prevalece, nesse jogo político, o poder supremo que proporciona prioridade à classe social privilegiada, a elite política, que detém autoridade para conduzir os *atores sociais* que pertencem às classes subalternas. E estas não possuem autonomia para se edificar de forma que alcancem um meio autêntico que as liberte das amarras do poder e tomem um destino que lhes consinta meios, para que tenham um sistema justo, consistente e apto a fornecer igualdade social.

Se isso que Souza defende se tornasse uma realidade concreta, teríamos, ao longo das disputas dos grupos sociais, que pretendem obter o comando do poder hegemônico, uma sociedade diferente. Dessa forma, haveria um respeito recíproco e talvez surgisse a sociedade tão almejada pelos que estão à margem, e sofrem por não conseguirem o respeito e os direitos humanos de igualdade que a nossa Constituição reza. Sendo assim, teríamos uma sociedade imparcial que tivesse a capacidade de atender aos *atores sociais* sem fazer acepção entre os grupos.

Ainda dentro desse contexto, presumimos que o Estado tem legalidade para construir e organizar o conjunto de elementos que formam as classes sociais. Por essa linha de pensamento, ponderamos que esse constructo significa

uma razão legítima que o Estado encerra em si mesmo com o objetivo de proporcionar a divisão das classes. Nesse sentido, o Estado, ainda, tem como foco obter o poder máximo e dar autonomia e investidura à elite política, para que esta se habilite em comandar o desempenho social dos grupos inferiores.

Vale ressaltar que, muitas vezes, as classes sociais inferiores delineiam força opositora, porém permanecem enredadas pela ação do poder que o Estado, através de seus aliados, impõe. E os atores desses grupos subalternos acabam admitindo que a realização desse conjunto de leis se torna uma atribuição genuína e digna de ser absorvida por esses grupos sociais, que não conseguem alcançar o poder hegemônico.

Em Dionísio Jacob (2001), o Gerente de Assuntos Relacionados, Máximo Modesto, da Serviços Interinos, demonstra, ao longo dos escritos enviados ao diretor da repartição mencionada, que reconhece os desmandos cometidos por aqueles que têm a competência para gerir os destinos dos sujeitos sociais como um todo. No entanto, não agem com legitimidade, nem se preocupam em distribuir a riqueza que há, no país, de forma sensata, para que diminua a miséria instalada no meio social.

Com base nesse discurso, e por meio dos fios que entrelaçam a trama narrativa, entendemos que os detentores do poder se utilizam de recursos, aparentemente, viáveis e de caráter legal, com o objetivo de granjearem autonomia para administrar o Estado. Por essa proposição, entendemos que a classe superior se favorece em detrimento dos grupos sociais inferiores, que tendem a aceitar isso como uma realidade e/ou fatalidade, apesar de manifestarem resistência.

Por intermédio dessa investigação sobre os embates entres os diferentes grupos, entendemos que os atores sociais pertencentes às classes inferiores não encontram base, nas leis pertinentes ao Estado, que os liberte da ação da classe social superior, que já se estabeleceu no ápice do poder. Essa discussão sociopolítica é abordada por Souza, quando discorre sobre os conflitos sociais, que envolvem os grupos díspares em relações de força, poder e confrontos que resultam em domínio e subordinação:

As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação (SOUZA, 2003, p.13).

Pespontamos, segundo o discurso de Máximo Modesto, que eleições, no Brasil, inibem as esperanças nutridas pelos grupos sociais subalternos que lutam para atingir uma determinada igualdade social, de forma que desfrutem dos direitos humanos, que a nossa Constituição nos garante. Por essa razão, acontecem os conflitos entres as classes sociais para chegarem ao apogeu do poder supremo. E este possui autoridade para determinar a vida dos atores sociais que não obtiveram sucesso, quando se envolveram nessa luta pelo poder.

Por esse motivo, os sujeitos inferiorizados tendem a obedecer às leis estabelecidas pelo Estado que encerra em si

mesmo autonomia para determinar a forma como esses grupos devem atuar, no meio social, em que vivem. À luz dessa polêmica, o Gerente de Assuntos Relacionados da repartição pública, Serviços Interinos, pondera:

Pode Vossa Senhoria me explicar de onde vem tanto dinheiro para essa farra eleitoral? Como conseguem? E depois que entram no governo não conseguem mais dinheiro para nada. Eu não entendo. O Bigode esteve aqui hoje, de terno e gravata. Sem tênis! Quase caí da cadeira. ‘Parece até gente’, gritei. Depois fomos no Juarez. Ele começou a me contar umas e outras que sabe sobre gente da política por causa de seu trabalho de hacker, e eu quase nem consegui comer o meu rissole. É de embrulhar o estômago! As coisas que rolam, as falcatruas, dinheiro a rodo. Sei que isso deve enojar Vossa Senhoria, que trabalha para a nobre causa do Direito (JACOB, 2001, p.79).

Podemos elucidar, com fundamento no escrito citado, que o Gerente da repartição Serviços Interinos, Máximo Modesto, empenha-se em uma investigação minuciosa para descobrir tudo o que o Bigode, personagem enigmática dos relatos de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, oculta com relação à repartição pública mencionada. Percebemos, ainda, a forte ligação com o *seu trabalho de hacker*, o qual

confessa ao seu chefe imediato, Máximo Modesto, e denuncia as falcatruas que há no mais profundo meio político.

Esse constructo nos aponta para os mistérios que envolvem os políticos e os desmandos da coisa pública. E, a partir desse enigma, Modesto começa a fazer diligências que o conduzam a veracidade dos fatos que acontecem na repartição, pois percebe que há algo muito estranho entre a equipe de trabalho. Por isso, empenha-se em descobrir a utopia que envolve todos os membros da inexplicável Serviços Interinos.

O SILÊNCIO DA ELITE POLÍTICA SE CONSTITUI VOZ, E A FALA DOS ASSUJEITADOS VOLTA AO SILÊNCIO, AUSÊNCIA DE SOM

No entrelaçar dos fios, que formam a trama narrativa de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, existe um discurso polifônico, ao longo de todos os relatos de Máximo Modesto, personagem protagonista. Sob essa ótica, podemos validar que há, na obra, vozes diferentes, e estas nos apontam para as polêmicas que envolvem os atores sociais das classes díspares. Por conseguinte, trazem, à existência, o invisível que está latente nos conflitos entre os grupos competidores que almejam o poder hegemônico.

É, por isso, que prevalece, segundo Modesto, a voz silenciosa dos que detêm o poder, a elite política, e a fala dos assujeitados volta ao silêncio. Esse discurso está presente em Orlandi (1995), quando discorre sobre a *trama discursiva edificada pela ciência e pela política social*. Através desse raciocínio do autor mencionado, é pertinente afirmar que Dionísio Jacob aborda esta questão de dominação e resistência, quando trata das lutas das classes sociais.

Para compreender este silêncio, nos foi preciso refazer toda uma trama discursiva que foi construída pela ciência, pela

política social e pela religião (a catequese) ao longo de uma história de 500 anos. Por seu lado, este silêncio pode ser compreendido como resistência [...] Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos [...] O silêncio não é, pois, imediatamente visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode 'devolvê-lo', torná-lo apreensível, compreensível (ORLANDI, 1995, p.59-60).

Dentro dessa lógica do silenciar, abordado pelo autor supracitado, é conveniente inferir, por analogia, que a classe social superior usa o silêncio como uma forma coerente e eficaz de pronunciar voz. E esse calar dos que detêm o poder supremo se constitui uma forma genuína de linguagem para gerir os grupos sociais inferiores, aqueles que não chegaram ao ponto mais elevado da escala social.

Através desse discurso, formamos um juízo de valor acerca do poder que há, nas ações dos que silenciam para governar uma maioria, que sempre manifesta pensamentos, opiniões e expressões por intermédio de palavras, mas suas vozes tendem a voltar ao silêncio. Isso acontece porque as classes subordinadas não têm força para alcançar a excelência de domínio que o silêncio da elite política converge para si.

Essa polêmica discursiva que abrange o silêncio como voz efetiva e, no mesmo ínterim, permite vir, à tona, a forma legítima da linguagem que nos aponta para uma voz pronunciada que não tem autonomia para ser escutada, embora seja

um som ou ruído, consta nos relatos de Máximo Modesto. E os fios que tecem o enredo de *A utopia burocrática de Máximo Modesto* nos transportam para a questão de dominação e resistência. E essa controvérsia tem raízes na formação das classes sociais díspares, quando os homens decidiram entrar em combate uns contra os outros para se apossarem do poder supremo.

Por uma investigação coerente, revalidamos o discurso de Orlandi, que nos direciona para uma competição em que os atores sociais ingressaram com o objetivo de obter a supremacia do poder. Dessa forma, despontaram as classes sociais com valores diferentes e, em consequência desses choques de opiniões, surgiram os fatores que determinam dominação e resistência por parte dos sujeitos sociais, e “[...] o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 1995, p.33). Essa forma de silêncio pertence à classe superior. Enquanto, a voz dos inferiorizados socialmente regressa ao silêncio e não tem força para significar uma linguagem verbal digna de ser sentida pela faculdade de ouvir.

É importante inferir, através do discurso do silêncio, que este não significa ausência de palavras, nem representa o vazio, o discurso sem sentido, mas constitui-se um ponto de partida essencial para construir um raciocínio lógico e holístico das palavras que, apesar de não terem sido pronunciadas, proporcionaram uma compreensão da linguagem oculta no discurso, como se algo abrangente significasse uma voz. É o que Orlandi sustenta: “O silêncio não é o vazio, sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como horizonte e não como falta” (ORLANDI, 1995, p.70).

Por essa discussão do autor supracitado, percebemos que o silêncio não traz, para a superfície do discurso, palavras carregadas de significados como a linguagem verbal falada ou escrita, porque ele próprio significa e transmite voz não falando.

A polêmica do silêncio envolve as classes sociais díspares e determina quem fala e, nesse ínterim, o silêncio/voz dos que detêm o poder se torna uma fortaleza, enquanto as classes sociais comandadas falam, mas os sons tendem sempre a retornar para o ponto de partida: o silêncio dos dominados. Sendo assim, a classe social dominante tem a primazia de determinar quem vai comandar os ditames que regem a sociedade de forma integral.

Tomando como base essa premissa, é oportuno declarar que as classes sociais inferiores, capitaneadas por essa classe que comanda e regula os destinos dos sujeitos subordinados, não encontram outra saída que lhes dê suporte para conseguirem uma igualdade social pelo menos relativa. É conveniente enfatizar que esse discurso sobre supremacia de uma classe social privilegiada e subordinação de outra, no Brasil, está evidente em *A utopia burocrática* de Máximo Modesto, quando o autor põe, em relevo, através dos fios que tecem a textura narrativa, a luta de classes para chegarem ao topo do poder, embora exista uma determinada conformação com relação à classe inferior:

O que um Gerente de Assuntos Relacionados está fazendo numa repartição que se chama Serviços Interinos? Não consigo entender esse nome. Qual a relação extra entre uma coisa e outra?

Vossa Senhoria percebe a complexidade da coisa? Que tudo está relacionado com tudo é um fato. Mas para descobrir como certas coisas se relacionam é que são elas. Arregaço as mangas e vou ao encontro desse objetivo. A luta é minha. A glória, se houver, será vossa! (JACOB, 2001, p.58).

Sendo assim, podemos enxergar, por intermédio dos relatos do narrador protagonista, que os sujeitos inferiorizados socialmente têm ciência de que são vítimas da ação provinda da classe dominante, porém há sempre uma enorme barreira que os separa da classe que conquistou, através das lutas sociais, o poder hegemônico. Por essa razão, os outros grupos silenciam, apesar de antes disso alçarem voz para reivindicar os direitos que lhes são cabíveis, segundo nos garante a Constituição Federal de 1988:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Constatamos em Baudrillard (1982), quando discorre sobre as massas silenciosas, que os atores sociais formadores das classes inferiorizadas (as massas) silenciam perante os que estão no comando da máquina administrativa. O autor citado compara as massas silenciadas aos animais, ou

seja, ele defende que os subordinados se calam, assim como os animais permanecem em profundo silêncio. E este não significa voz:

A massa se cala como os animais e seu silêncio é comparável ao silêncio dos animais. Embora examinada até a morte (e a solicitação incessante a que é submetida, a informação, equivale ao suplício experimental dos animais nos laboratórios), ela não diz nem onde está a verdade: à direita, à esquerda? Nem o que prefere: a revolução, a repressão? Ela não tem verdade nem razão. Embora lhe emprestem todas as palavras artificiais. Ela não tem consciência nem inconsciente. Esse silêncio é insuportável (BAUDRILLARD, 1982, p.28).

A partir desse raciocínio que enfatiza o silenciar dos atores sociais subalternos, é coerente argumentar, conforme discorre Orlandi (1995), que o silêncio nos transporta para dimensões díspares, porque surge como a arte discursiva eloquente da classe superior (o silêncio da opressão) e, em outras ocasiões, vem à existência, por intermédio do brado da classe subordinada, porém essa voz insistente se recolhe e cala.

Nesse momento, desponta a *retórica da resistência*, segundo discorre Orlandi: “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 1995, p.31).

Por essa lógica, observamos, através do discurso de Orlandi, que os atores sociais, considerados oprimidos, alçam voz porque compreendem que são regidos e subjugados pela classe dominante, a elite política. No entanto, não portam força que os libertem, apesar de manifestarem resistência e buscarem meios autênticos que lhes garantam segurança e fortaleza, mas isso não se concretiza. Por essa razão, as vozes desses assujeitados voltam para o ponto de repouso, ou seja, retornam ao profundo silêncio que não representa voz.

Por intermédio desse esboço, entendemos que os grupos sociais subalternos têm ciência de que são vítimas da ação dominadora dos que alcançaram o poder hegemônico. Por isso, tentam se libertar, mas acabam aceitando a *retórica da dominação* como uma forma legal de viver em harmonia com os outros que detêm o poder supremo, e isso parece ser essencial para que haja equilíbrio entre os que formam os grupos sociais díspares.

Essa política do silêncio nos reporta para Orlandi, quando aborda a dialética do silenciar não como ausência de palavras, mas como uma forma capaz de impedir o outro de defender seus direitos. Por esse raciocínio, podemos declarar que a argumentação de Orlandi nos aponta para um silêncio que impõe e elimina as forças do interlocutor. Na verdade, um silêncio que o impossibilita de fortalecer outro juízo de valor, que lhe dê fortaleza para se defender da atuação do poder. E tem como meta conter os subordinados que tendem a resistir:

O silêncio não é ausência de palavras.
Impor o silêncio não é calar o interlocutor,
mas impedi-lo de sustentar outro

discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s) (ORLANDI, 1995, p.105).

Analisando o ponto de vista de Orlandi (1995) sobre as formas do silêncio, é relevante enfatizar que a classe social detentora do poder silencia para gerir os grupos sociais inferiorizados, e esse calar do poder denota voz. Em Dionísio Jacob, o Gerente de Assuntos Relacionados da repartição pública, Serviços Interinos, menciona um desejo: “Quem dera a natureza não nos desse o dom da fala e para que houvesse a comunicação, os seres tivessem que trocar memorandos! Creio que muitas guerras seriam evitadas. A fala é explosiva, falamos de chofre” (JACOB, 2001, p.65).

Dessa forma, o raciocínio do gerente Máximo Modesto nos leva a enxergar que o silenciar do poder induz a classe social subalterna a entender que esse método é eficaz para comandar e exercer poder sobre o outro, porém a palavra pronunciada dos atores subordinados volta ao silêncio e não representa voz. Por esse motivo, Modesto desabafa: “E, mesmo neste caso nosso, onde a coisa tem uma via só, ainda assim acho que há uma feliz troca entre o meu memorando questionador e o seu silêncio instrutor” (JACOB, 2001, p.66).

Através dos fios que tecem a narrativa da obra, em questão, assim como outros fios transversais que aparecem para fortificar a defesa das teses levantadas, defendemos que o poder supremo comanda os grupos sociais subordinados e usa o silêncio como uma forma autêntica de significar voz.

Por outro lado, os que se encontram na direção dos que possuem o poder máximo se calam, porque admitem que a classe superior já conquistou para si a autonomia e o poder suficientes para apontar o destino que devem tomar, no meio social, em que se engajaram.

Utilizando como base a discussão sobre o *silêncio fundador* de que Orlandi (1995, p.70) trata, é coerente argumentar que esse silêncio não se pode definir através da ausência de sons/ruídos ou de palavras, porque ele se instala entre as palavras e produz sentido. É o que Orlandi denomina de “princípio de toda significação”, ou seja, o silêncio não representa o vazio ou algo que não tem *sentido*, mas sim uma linguagem significativa equivalente a uma voz pronunciada e legalizada. É importante mencionar que essa atuação silenciosa se encontra em Dionísio Jacob, quando o gerente Máximo Modesto declara ao seu chefe imediato: “Obrigado pelo seu silêncio, mais uma vez esclarecedor. Fico feliz por ter sido essa a resposta” (JACOB, 2001, p.37).

Diante do exposto, é pertinente ressaltar que os atores sociais pertencentes à classe subordinada, quando pronunciam voz, com o objetivo de conseguir certa igualdade em detrimento do poder supremo, esse som/ruído não repercute ressonância capaz de atingir as emaranhadas repartições públicas que são geridas pela elite política, classe social hegemônica, que conseguiu vencer as acirradas lutas sociais e chegar ao ápice do poder. Por essa razão, a voz desses sujeitos inferiorizados socialmente sempre retorna ao silêncio, interrupção da fala. No entanto, esse método discursivo representa o vazio do discurso, ou seja, aquilo que foi pronunciado, porém não significou articulação de palavras que os defendessem do comando da classe suprema.

Essa polêmica que trata da competição dos grupos sociais para alcançarem o poder, e o que despontar na frente obter autoridade para gerir os que perderam a batalha, vem desde o momento em que o homem teve a consciência de que era importante viver em sociedade. Todavia, para isso se concretizar, seria necessário entrar em competição uns em detrimento dos outros e o grupo que vencesse, estaria hábil para governar os outros de forma que houvesse equilíbrio entre as sociedades.

Este discurso é notório em Domingues (2013), quando discorre sobre os grupos sociais opostos e sustenta a ideia de que o ser humano *parece estar* em constante deslocamento para alcançar uma posição superior em relação aos que entram, nessa competição, para garantir o poder supremo. Por esse raciocínio, entendemos que a história do homem em sociedade nos transporta para uma constante disputa pelo poder, e essa batalha parece ser essencial para que surja uma classe superior que gerencie os remanescentes e evite a ruína total das classes sociais. Por essa lógica, concordamos com esta apreciação de Domingues quando infere:

Baseado na consciência dos opostos, o homem parece estar sempre em movimento pendular entre a escolha de um ou outro. Diante dessas alternativas, prefere o que lhe traz segurança e poder. Afinal, o esforço da ciência é chegar à correspondência da realidade interna com a realidade externa, decisiva para a satisfação dos desejos. Durante a história da humanidade, confirma-se o valor do conhecimento e sua transmissão

como forma de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento das sociedades. À consciência associa-se o saber, o conhecimento, a autoridade dos dirigentes responsáveis pela liderança de seu grupo; à não-consciência associam-se tanto o desconhecido, como as trevas e o perigo de extinção da comunidade (DOMINGUES, 2013, p.68-69).

Tomando como base o raciocínio da autora mencionada, podemos defender que o ser humano, desde o momento em que decidiu se organizar em sociedade, idealizou a divisão de grupos de forma legal, autêntica e cabível ao sistema social. Dessa forma, despontariam as classes sociais díspares – a superior e a inferior – para que houvesse um equilíbrio no meio social. Portanto, corroboramos com o discurso de Domingues, quando defende que “o homem parece estar sempre em movimento pendular” para fazer suas escolhas e granjear o poder supremo para administrar os grupos que não alcançaram esse legado.

ARREMATE DE IDEIAS

Empenhamo-nos, neste livro, em investigar a atuação da elite política, no meio social, e o silêncio atuando como voz oriunda dos detentores do poder, para comandar as culturas de massa. No entanto, efetivamos essa análise tomando como fundamento o romance *A utopia burocrática de Máximo Modesto* (2001), de Dionísio Jacob, que mostra o silêncio como uma não linguagem capaz de alçar voz, mesmo sem pronunciar palavras, para subjugar as minorias culturais – as classes sociais subalternas – além de denunciar as irregularidades cometidas pela elite política, nos setores públicos, do nepotismo ao apadrinhamento e corrupção.

Tentando chegar às verdades dos fatos, engajamo-nos numa pesquisa sociopolítica com o objetivo de comprovar essas relações. Para isso, buscamos entendimento em Burke (2002), que trata de questões que nos remetem à hegemonia e resistência, apadrinhamento e corrupção, classe majoritária, classe subordinada e controle social. E constatamos que, na obra analisada, a classe majoritária detém o poder hegemônico e o controle social. Entendemos isso, quando Máximo Modesto, Gerente de Assuntos Relacionados, lotado na repartição Serviços Interinos, decide trabalhar

obedecendo ao silêncio do diretor que sequer responde seus memorandos administrativos.

Dessa forma, Máximo Modesto assimila o silêncio do chefe como uma voz resoluta, e empenha-se em transformar aquela minúscula repartição em um setor moderno e desenvolvido, chegando até a informatizá-lo. Há passagens do romance que deixam transparecer o gerente inconformado por reconhecer que é menosprezado pela classe dominante e que seus esforços para desempenhar um trabalho autêntico tornam-se nulos diante da ação esmagadora do poder hegemônico.

No entanto, entendemos que a elite política consegue, através do silenciar, fazer com que os assujeitados acatem a cultura majoritária como a forma correta de proceder no meio social. Por essa lógica do silêncio, a classe hegemônica mantém a ordem social, muito embora haja uma certa resistência por parte dos subordinados, por terem consciência de que a classe superior comprime os inferiorizados socialmente, de forma que não veem outra saída, a não ser abraçarem a cultura dominante e permanecerem subjugados.

Investigamos, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, uma exacerbada disputa dos indivíduos para chegarem ao poder. E constatamos, através de Tomazi (1996), que isso é natural do homem, quando aborda a questão de igualdade inerente ao ser humano e defende a ideia de que os homens são iguais por natureza. Por isso, eles engajaram-se numa acirrada luta de todos contra todos para alcançar o poder, e esse fato gerou a necessidade de haver um poder soberano que transcendesse a todos os homens competitivos, porém sobressaindo-se os que chegassem ao topo do poder almejado. No entanto, esse poder não erradicaria a

luta competitiva entre os sujeitos, mas abriria espaços para que houvesse o controle da lei e da ordem social.

Partindo dessa reflexão, observamos que a elite política monopoliza os assujeitados e controla os ditames sociais. Percebemos, em *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, que o silêncio do Diretor Administrativo representa uma voz ameaçadora, quando Máximo Modesto, Gerente de Assuntos Relacionados, da repartição pública Serviços Interinos, começa a atuar, no setor, com a eficácia que a classe superior exige, embora seja consciente de que é vítima da atuação silenciosa do chefe imediato. Por essa razão, tenta *utopias de saída*, mas aniquila-se diante da ação do poder, porque está preso às “correntes” que a classe majoritária dispõe para imobilizar os assujeitados e induzi-los a enxergar o mundo, conforme a visão que a classe superior tem da vida em sociedade.

Examinamos, também, através dos fios que enredam a trama narrativa de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, que a voz dos atores sociais pertencentes às classes subalternas volta ao silêncio, quando estes reivindicam direitos cabíveis aos que se organizaram em sociedade, porém não atingiram o topo do poder. Essa polêmica de supremacia e inferioridade, com relação às classes sociais e ao sistema de política, no Brasil, aponta-nos para uma questão digna de reflexão por parte dos que detêm o poder eminente, para que surjam novos paradigmas de gestão, e estes tenham como foco diminuir as desigualdades sociais.

É oportuno afirmar que a elite política convergiu para si o poder supremo, que lhe garantiu autonomia para gerir os grupos sociais inferiores. Sob essa ótica, é pertinente corroborar que a luta pelo poder, em qualquer sociedade,

democrática, autoritária ou totalitária, vai sempre haver. Pois, por essa lógica, parece ser essencial a existência de uma minoria, a elite política, que governe o resto da sociedade e mantenha a ordem social, para que haja equilíbrio entre as partes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciências Políticas**. 5. ed. atual. e ampl. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. Tradução: Suely Bastos. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BÍBLIA de Estudo de Avivamento e Renovação Espiritual; comentários de Enéas Tognini. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009, 1456p.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de. **O poder da comunicação e a Intertextualidade**. 2002. 239 f. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação da FGV-EAESP, Área de Concentração: Organizações, Recursos Humanos e Planejamento). Fundação Getúlio Vargas Escola de

Administração de Empresas de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-rita-o-poder-da-comunicacaoe-a-intertextualidade.pdf>>

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**: introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Basil Backwell, 1989.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CF - 1988 - D.O. DE 05/10/1988. Disponível em: <www.dji.com.br/constituicao_federal/cf005.htm> Acesso em: 18 ago. 2013.

DOMINGUES, Karen Geisel. **Silêncio de Narciso**: da relação do professor com o não-saber, 2013, 193p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13542/1/2013_KarenGeiselDomingues.pdf>

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.). **Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

JACOB, Dionísio. **A utopia burocrática de Máximo Modesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

MEDEIROS, Martha. **Coisas da vida**: crônicas. Porto Alegre: L&PM, 2005.

MORAIS, Jackelyne Ribeiro Cintra. **O Valor do silêncio na atitude educativa do homem:** uma ontologia do silêncio na escola. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação de Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5946/1/2010_JackelyneRibeiroCintraMorais.pdf>

MOURA, Efigênio. **Caderneta de Fiado.** Campina Grande: Latus, 2015.

OLIVEIRA, Vânia M.R. de; CAMPISTA, Valesca do R. O silêncio: multiplicidade de sentidos. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais.** Vitória: CCHN, UFES, Edição n.02, v.1, p.107-120, out. 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à Sociologia.** 20. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SCHÜLER, Donaldo. **Teoria do Romance.** São Paulo: Ática, 1989.

SILVA, Antônio de Pádua Dias da. **Literatura, globalização e discurso – a lógica de representação de identidades culturais em ficção literárias.** In: SWARNAKAR,

Sudha (org.). **Tecidos metafóricos**. João Pessoa: Idéia, 2003.

SOUZA, Herberte José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 24. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

TAITELBAUM, Paula. **Sem vergonha**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999.

TELES, Gilberto Mendonça. **A Retórica do Silêncio – teoria e prática do texto literário**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. O Interdito e o Silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 2, p.353-371, maio/ago, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n2/08.pdf>>

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Ática, 1996.

SOBRE A AUTORA

Elizete Amaral de Medeiros

Licenciada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, especialista em Literatura e Estudos Culturais pela UEPB, revisora de linguística na editora da UEPB - EDUEPB e professora titular de Português/Redação/Literatura da Escola M. F. I. José Gomes – Alvinho – Lagoa Seca - PB.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Leonardo Araujo
Design da Capa	Leonardo Araujo
Foto da Capa	Claudia Meyer - FreeImages.com
Revisão Linguística	Elizete Amaral de Medeiros
Normalização Técnica	Heliane Maria Idalino

Impressão	Gráfica Universitária da UEPP
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	10,3 x 16,5 cm
Tipologias utilizadas	Chaparral Pro 12 pt
Papel	Apergaminhado 75g/m ² (miolo) e Cartão Supremo 250g/m ² (capa)

Os dizeres do silêncio: apontamentos culturais sobre literatura e política é um livro contemporâneo que trata de aspectos sociopolíticos e literários e revalida o silêncio exercendo a voz dos que detêm o poder para comandar os remanescentes sociais. É fruto de uma investigação de conteúdo do ponto de vista de *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, de Dionísio Jacob, cujo resultado maior a se chegar foi uma leitura/interpretação da representação do silêncio, visto como forma de coerção, capaz de assujeitar membros de órgãos governamentais que atuam, na obra analisada, como funcionários públicos.



ISBN 978-85-7879-296-1

